



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL

**MESTRADO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

SANDRO NECKEL DA SILVA

**PERFIL DE GESTÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO, COM BASE
AGROECOLÓGICA, SITUADAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL -
PARANÁ**

LARANJEIRAS DO SUL - PARANÁ

JULHO 2019

SANDRO NECKEL DA SILVA

**PERFIL DE GESTÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO, COM BASE
AGROECOLÓGICA, SITUADAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL -
PARANÁ**

Dissertação de Mestrado, apresentada para o Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Professor Dr. Rubens Fey

Coorientador: Professor Dr. Antonio Maria da Silva Carpes

LARANJEIRAS DO SUL - PARANÁ

JULHO 2019

SANDRO NECKEL DA SILVA

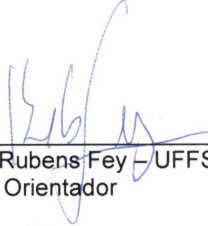
PERFIL DE GESTÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO, COM BASE
AGROECOLÓGICAS, SITUADAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu*, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

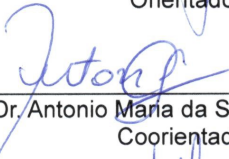
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

11, 07, 19

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rubens Fey – UFFS
Orientador



Prof. Dr. Antonio Maria da Silva Carpes – UFFS
Coorientador



Prof.ª Dra. Janete Stoffel – UFFS



Prof. Dr. Marcos Weingartner – UFFS

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Silva, Sandro Neckel da
Perfil de Gestão das Unidades de Produção, com Base Agroecológicas, Situadas no Município de Laranjeiras do Sul - PR / Sandro Neckel da Silva. -- 2019.
78 f.:il.

Orientador: Doutor Rubens Fey.
Co-orientador: Doutor Antonio Maria da Silva Carpes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável-PPGADR, Laranjeiras do Sul, PR , 2019.

1. Gestão. 2. Agroecologia. 3. Rede Ecovida. 4. Reprodução Social. 5. Agricultura familiar. I. Fey, Rubens, orient. II. Carpes, Antonio Maria da Silva, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

DEDICATÓRIA

À minha esposa e meus dois filhos que me deram todo o apoio e incentivo para alcançar esse objetivo, dedico-lhes essa conquista.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, embora esteja sobre minha titularidade, culminou do apoio incondicional de muitas pessoas: familiares, amigos e colegas de trabalho. Em meio às atividades profissionais, conciliei a Coordenação Administrativa da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Laranjeiras do Sul com o desenvolvimento desse projeto. Em muitas oportunidades precisei contar com a compreensão dos meus colegas técnicos administrativos, docentes e direção do Campus.

Aos meus orientadores, professor Dr. Rubens Fey e professor Dr. Antonio Maria Carpes que não mediram esforços para que esse trabalho fosse realizado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela acolhida.

À equipe de direção do Campus, diretora e professora Dra. Janete Stoffel, pelas contribuições como incentivadora e participante das bancas de qualificação e banca final; A minha colega, coordenadora acadêmica, professora Dra. Katia Aparecida Seganfredo e às secretárias da direção, Geruza Pilatti e Jacieli Hosda, pela disposição em contribuir sempre que necessário para que este desafio fosse concretizado.

Ao Coordenador da Rede Ecovida de Agroecologia, no Núcleo Luta Camponesa, Sr. Leonardo Xavier, meu colega de Mestrado, pelo apoio na condução da organização das visitas às unidades de produção, às dezoito famílias associadas à Rede Ecovida de Agroecologia, estas que me receberam com muito carinho e disponibilidade para colaborar com o levantamento de dados.

Aos meus familiares, principalmente meus pais, Nildo Nekel da Silva e Helena Nekel da Silva, minha esposa Roselaine Marin da Silva, que me apoiou, me incentivou e me encorajou o tempo todo, a minha amiga e cunhada, Rosane Marin Feltrin que contribuiu com a leitura e correções gramaticais.

A finalização deste Mestrado significa a realização de um sonho e fica a expectativa que ele possa contribuir com o desenvolvimento da Universidade Federal da Fronteira Sul e também dos produtores rurais, que dedicam suas vidas na produção dos nossos alimentos.

RESUMO

A agricultura familiar é a principal fonte de produção de alimentos básicos em nosso país. Enquanto as grandes propriedades estão focadas na monocultura em larga escala, as pequenas unidades estão abastecendo o mercado de alimentos. Neste sentido, a Agroecologia surgiu com objetivo de tentar suprir uma carência deixada pelo Estado no tocante aos aspectos econômicos, sociais e ambientais, afetados pelo modelo de produção convencional. Na busca por apoio e fomento, surgiram entidades com foco em desenvolver modelos de cooperação capazes de subsidiar as pequenas unidades de produção e contribuir com o desenvolvimento regional. A Rede Ecovida de Agroecologia é uma destas entidades, situada no Sul do país e que também atende o território Cantuquiriguaçu. O objetivo desta pesquisa foi identificar o perfil de gestão das unidades de produção com base agroecológica, situadas no município de Laranjeiras do Sul. Para extrair os dados foi realizada uma pesquisa aplicada de natureza descritiva, com coleta de dados, realizada em forma de levantamento ou survey. Como forma de abordagem tratou-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa, com questionário semiestruturado. Por meio de entrevistas, foi possível identificar o perfil socioeconômico, perfil de produção, processos de gestão e as perspectivas de reprodução social das dezoito unidades associadas à Rede Ecovida de Agroecologia no município de Laranjeiras do Sul, Paraná. Os resultados evidenciaram que o perfil de gestão das unidades de produção com base agroecológica, situadas no município de Laranjeiras do Sul, no Paraná são todos enquadrados como minifúndios, com baixa escolaridade, relativamente jovens, com renda per capita abaixo da média nacional. Os produtores pesquisados não possuem nenhum controle físico de gestão e se apresentam com boas possibilidades de reprodução social, embora reconheçam os desafios para tanto. Considerando todos os fatores abordados neste trabalho, é possível observar que os produtores têm consciência dos seus valores e da sua importância no cenário econômico e social do país. Os pesquisados possuem entendimento das suas limitações econômicas e administrativas, mas apreciam o modo de vida que levam e isso os motiva a continuar no modelo agroecológico de produção.

Palavras-chave: Gestão. Agroecologia. Rede Ecovida. Reprodução Social. Agricultura familiar.

ABSTRACT

Family farming is the main source of staple food production in our country. While large farms are focused on large-scale monoculture, small units are supplying the food market. In this sense, Agroecology arose with the objective of trying to supply a lack left by the State regarding the economic, social and environmental aspects, affected by the conventional production model. In the search for support and encouragement, entities emerged focusing on developing models of cooperation capable of subsidizing small production units and contributing to regional development. The Ecovida Agroecology Network is one of these entities, located in the south of the country and that also serves the Cantuquiriguaçu territory. The objective of this research was to identify the management profile of agroecologically based production units, located in the municipality of Laranjeiras do Sul. To extract the data, an applied descriptive research was carried out, with data collection, performed as a survey. As a form of approach it was a predominantly qualitative research, with semi-structured questionnaire. Through interviews, it was possible to identify the socioeconomic profile, production profile, management processes and the perspectives of social reproduction of the eighteen units associated with the Agroecology Ecovida Network in the municipality of Laranjeiras do Sul in the state of Paraná. The results showed that the management profile of agroecologically based production units, located in the municipality of Laranjeiras do Sul are all framed as relatively young, low-educated, with per capita income below the national average. The surveyed producers do not have any physical management control and present good social reproduction possibilities, although they recognize the challenges to do so. Considering all the factors addressed in this paper, it is possible to observe that producers are aware of their values and their importance in the economic and social scenario of the country. Researchers have an understanding of their economic and administrative limitations, but appreciate the way of life they lead and this motivates them to continue in the agroecological model of production.

Keywords: Management. Agroecology. Ecovida Network. Social reproduction. Family farming.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 Organização da Rede Ecovida de Agroecologia na Região Sul e Sul de São Paulo..	30
Figura 2 Localização do município de Laranjeiras do Sul	32
Figura 3 Localização o município de Laranjeiras do Sul no Território Cantuquiriguaçu	33

QUADRO

QUADRO 1 Variáveis de Análises	35
--------------------------------------	----

GRÁFICO

Gráfico 1 Classificação das Propriedades Rurais no Brasil	54
-----------------------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Tamanho da Área das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019.....	40
Tabela 2 Tempo de Posse das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019.....	41
Tabela 3 Quantidade de moradores das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019.....	41
Tabela 4 Idade dos moradores das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019.....	42
Tabela 5 Escolaridade dos moradores das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019.....	43
Tabela 6 Renda agrícola das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019.....	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS	14
2.1 OBJETIVO GERAL	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
2.2 JUSTIFICATIVA	14
3 BASE TEÓRICA	17
3.1 A AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	17
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR	20
3.3 GESTÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR	22
3.4 REPRODUÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR	24
3.5 REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	26
4 METODOLOGIA	30
4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	31
4.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	31
4.2.1 Universo da pesquisa	31
4.2.2 População e Amostra	33
4.2.3 Constructo da pesquisa	35
4.2.4 Procedimento de Análise dos Dados	37
5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	38
5.1 PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO COM BASE AGROECOLÓGICAS, SITUADAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL	39
5.2 PERFIL DE PRODUÇÃO COM BASE AGROECOLÓGICA	46
5.3 GESTÃO NAS UNIDADES	49
5.4 PERSPECTIVAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL	51
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	53
6.1 PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO COM BASE AGROECOLÓGICAS, SITUADAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL	53
6.2 PERFIL DA PRODUÇÃO COM BASE AGROECOLÓGICA	58
6.3 GESTÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA	62
6.4 PERSPECTIVA DE REPRODUÇÃO SOCIAL	64
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70
ANEXO 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	75

1 INTRODUÇÃO

A gestão é um desafio em qualquer área, desde uma instituição familiar até uma grande organização. Porém, mais desafiante se torna quando é relacionada com atividades que tem ligação direta com a sobrevivência dos seres vivos ou com a sustentabilidade do planeta devido à necessidade de considerar os aspectos sociais, culturais e ambientais envolvidos.

Para administrar atividades que utilizam na sua produção recursos naturais como matérias primas, exige-se mais do que ser um bom gestor, é necessário também uma formação de consciência, tendo em vista que os recursos naturais não podem ser alocados a uma pessoa ou empresa como propriedade, pois se trata de um bem comum pertencente à coletividade. Sendo assim, os referidos recursos não deveriam ser explorados com interesses individuais como se fossem facilmente recuperáveis.

A agricultura tem como principais fontes de recursos a terra e a água, elementos fundamentais à vida. Conforme destaca Silva (2018), a agricultura pode ser considerada uma das primeiras formas de apropriação dos recursos naturais realizadas pela humanidade. Sendo esta atividade a principal fonte de produção de alimentos e também a sua produção dependente dos recursos naturais, o desafio é encontrar o equilíbrio entre a produção de alimentos saudáveis e a preservação do meio ambiente.

O alcance do referido equilíbrio traz um importante desafio no campo da agricultura sustentável na medida em que muitas questões precisam ser levadas em consideração no momento de expandir sua capacidade produtiva, considerando aspectos sociais, culturais e ambientais envolvidos no processo.

Neste sentido, a administração enquanto ciência, apoiada na gestão dos recursos naturais, tem no segmento da agricultura sustentável uma arte, conforme mencionado por Ávila et al., (2002). Desenvolver economicamente um segmento não pode ser um objetivo a ser alcançado a qualquer custo, pois paradoxalmente a esta tentativa, pode-se colocar a sustentabilidade da unidade de produção agrícola em risco, e ainda, causar danos ao meio ambiente e à sociedade.

Neste viés, a Agroecologia¹ surge como uma alternativa para promover um conjunto de ações que podem trazer este equilíbrio às unidades de produção. Para Caporal (2009), Agroecologia surge como uma nova ciência em construção, capaz de reorientar o uso e o manejo dos recursos naturais para ampliar a inclusão social, reduzir os danos ambientais e fortalecer a segurança alimentar e nutricional.

Assim, a Agroecologia abrange várias áreas importantes no contexto do desenvolvimento sustentável e contribui para a reflexão de quais alternativas são viáveis economicamente às pequenas unidades de produção, principalmente da agricultura familiar, considerando que é, conforme Melão (2012, p. 101), “a principal fornecedora de alimentos básicos” do país.

Desta forma, é um enorme desafio tornar os produtos de uma unidade de produção agroecológica favoráveis economicamente e providos de circunstâncias justas de competitividade. Entretanto, algumas barreiras precisam ser enfrentadas como aspectos ligados à logística e acesso aos produtos agroecológicos, embora a qualidade destes seja igual ou superior aos produtos convencionais². Batalha et al., (2005), acrescenta que a capacidade de gestão pode ser condição para reduzir diferenças competitivas.

Os conhecimentos sobre gestão se tornam ainda mais relevantes quando falado em unidades de produção agroecológicas, considerando a complexidade das atividades desenvolvidas nas referidas unidades e as condições ambientais, sociais, culturais e econômicas, envolvidas na produção agroecológica.

A decisão de migração do modelo convencional para o agroecológico exige mais do que apenas coragem do produtor, requer também organismos de apoio e fomento para que a mudança não seja frustrante, inviabilizando economicamente esse processo de transição. Caporal (2004, p. 14), reforça que “o processo de transição agroecológica adquire enorme complexidade, tanto tecnológica como metodológica e organizacional”.

1

A Agroecologia supera a ideia de construção de uma alternativa ao modelo convencional quando propõe um redesenho dos sistemas agroalimentares nos aspectos de produção, organização social, industrialização, comercialização e certificação dos produtos ecológicos. (Perez-Cassarino et al., 2018)

2

Modelo de produção agrícola cartesiano e reducionista, hegemônico a partir da Revolução Verde. Modelo que tem foco na produção utilizando-se todas as tecnologias agrícolas existentes, máquinas, fertilizantes e venenos, não levando em consideração o cuidado com os aspectos sociais, ambiente. (Caporal, 2009)

Considerando a importância da agricultura familiar no contexto social e econômico, nacional e regional, e a relevância que os produtores engajados com a Agroecologia possuem no desenvolvimento da agricultura orgânica, pode-se considerar fundamental que estas unidades possuam condições de gerenciá-las com eficiência, mantendo a área econômica saudável, não só para continuar produzindo com qualidade, como também para a manutenção da qualidade de vida, criando condições favoráveis à sua reprodução social.

Matte et al., (2009), afirmam que é por meio da sucessão e da gestão do estabelecimento familiar que a agricultura familiar assegura a reprodução social ou a sua continuidade ao longo das gerações.

Observa-se que a gestão é um aspecto relevante e condicionante para a continuidade das unidades de produção agrícolas e, conseqüentemente, do avanço da Agroecologia, pois se entende que se os aspectos sociais e ambientais são relevantes, sem êxito econômico, tendem a não ser sustentáveis. Diante disso, ganha relevância o modo de gestão adotado pelas unidades de produção agroecológicas.

Wagner et. al., (2010), consideram imprescindível conhecer o comportamento do agricultor, explicar suas decisões passadas e presentes e tentar prever as decisões que ele tomará frente às mudanças em sua condição e ambiente. Um importante passo nessa direção seria a identificação do nível de atuação dos produtores rurais na gestão das suas unidades.

Neste sentido, este trabalho propõe conhecer o perfil de gestão das unidades de produção com base agroecológica no município de Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná, caracterizando o perfil sócio econômico, processo de gestão e perspectiva de reprodução social das unidades rurais com base agroecológica, verificando como ocorre o processo de tomada de decisão e relacionando o perfil sócio econômico das unidades com as práticas de gestão adotadas.

2 OBJETIVOS

Nesta seção estão apresentados o objetivo geral e os quatro objetivos específicos da pesquisa.

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o perfil de gestão das unidades de produção, com base agroecológica, situadas no município de Laranjeiras do Sul.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Caracterizar o perfil sócio econômico das unidades de produção com base agroecológicas, situadas no município de Laranjeiras do Sul;
- b) Diagnosticar o perfil da produção das unidades agroecológicas;
- c) Identificar as características do processo de gestão nas unidades agroecológicas;
- d) Verificar e analisar a perspectiva de reprodução social das unidades de produção com base agroecológicas, situadas no município de Laranjeiras do Sul.

2.2 JUSTIFICATIVA

Embora a origem da Agroecologia tenha como base a ecologia, ela é campo de estudo mais abrangente, aliando os aspectos ambientais às questões sociais, culturais e econômicas. Conforme Perez-Cassarino (2012, p. 157), “a discussão em torno da Agroecologia se confunde com a entrada da agenda ambiental nos grandes debates internacionais, tendo como uma de suas origens uma corrente de viés ambientalista”.

Para Caporal (2009, p. 09), a “Agroecologia é defendida como uma nova ciência (...) de forma a ampliar a inclusão social, reduzir os danos ambientais e fortalecer a segurança alimentar e nutricional, com a oferta de alimentos saudáveis.”

Como se pode observar, a Agroecologia tem como base a produção de alimentos orgânicos, baseada na produção biológica, ou seja, sem a utilização de agrotóxicos³, incorporando outras áreas do conhecimento, conforme destaca Altieri e Rosset (2018), explicando que a Agroecologia é uma junção de disciplinas como a antropologia, etnoecologia e sociologia rural (...) tendo como componentes fundamentais para o desenvolvimento da Agroecologia, os saberes populares e tecnologias indígenas.

Na busca pela valorização das raízes culturais regionais e ao mesmo tempo criar condições econômicas favoráveis à manutenção das unidades de produção agroecológicas frente ao poder econômico do agronegócio, surgiram órgãos de apoio, como por exemplo, a Rede Ecovida de Agroecologia⁴, entidade capaz de contribuir na interação entre os produtores com os consumidores e também na orientação da condução e difusão das técnicas entre os produtores. A Rede Ecovida de Certificação Agroecológica se tornou um ator relevante no processo de construção da Agroecologia na sua região de atuação.

Esses organismos de apoio como a Rede Ecovida de Agroecologia, também necessitam de apoio do Estado e entidades capazes de desenvolver pesquisas na área. No campo da gestão das unidades de produção com base agroecológicas, por exemplo, ainda existe um vácuo de conhecimento a ser explorado, tendo em vista que ainda há pouca produção científica na direção de entender as práticas de gestão dos produtores agroecológicos.

Dentre os poucos estudos que se teve acesso, podemos citar, por exemplo, o estudo realizado pela Spanevello (2008), que desenvolveu uma pesquisa no interior do Rio Grande do Sul sobre sucessão familiar, abordando questões sobre perfil sócio- econômico e gestão das unidades. Na mesma linha Zanin et al., (2013), investigou as características da estrutura e gestão das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina. Ademais, encontram-se ainda, literaturas como a de Lima et al., (2001) e Wagner et al., (2010), que apresentaram

3

Produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. (Lei nº 7.802/1989)

4

Rede de Certificação Agroecológica situada no sul do Brasil, organizada em núcleos regionais, dos quais o território Cantuquiriguacu faz parte com o Núcleo “Luta Camponesa”. No município de Laranjeiras do Sul está presente com três grupos: Oito de Junho, Serra da Esperança e Recanto da Natureza.

proposições de ferramentas para administração rural. No entanto, a considerar que os objetos de estudos são abrangentes, percebe-se uma lacuna de pesquisa científica a ser explorada, no tocante a gestão em unidades com base agroecológicas.

O presente estudo busca apresentar dados sobre as unidades de produção, com base agroecológica associadas à Rede Ecovida, no município de Laranjeiras do Sul, a fim de acrescentar informações a esses trabalhos, municiar a Rede Ecovida de informações sobre essas unidades e também abrir possibilidades para criação de ferramentas de gestão específicas para atender esse segmento.

Identificar o perfil de gestão das unidades de produção, com base agroecológica situadas no município de Laranjeiras do Sul, pode ser um avanço importante na construção do entendimento dos produtores, sobre a importância do controle gerencial e da relevância que o segmento econômico possui em relação aos demais aspectos dentro da unidade. Considerando que, de acordo com Lima et al., (2001), os produtores rurais ainda adotam procedimentos inadequados na gestão das suas atividades.

3 BASE TEÓRICA

Esta seção está distribuída em cinco subtítulos, onde serão apresentados conceitos e reflexões a respeito da agricultura familiar e sua relação com o desenvolvimento sustentável, com a Gestão, Reprodução Social e apresentada a Rede Ecovida de Agroecologia.

3.1 A AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

De acordo com Ortiz (2008, p. 124), “A noção de desenvolvimento pertence ao domínio da racionalidade, ela implica uma dimensão da sociedade na qual é possível atuar, desta ou daquela maneira. Neste sentido, ela não é constitutiva da sociedade”. Desta forma, o desenvolvimento como conceito é uma construção social, ou seja, uma produção humana.

Se a noção de desenvolvimento pertence ao domínio da racionalidade e a cultura é constitutiva da sociedade e não o desenvolvimento, conforme defende Ortiz (2008), então se pode entender que o desenvolvimento sustentável é uma evolução cultural da sociedade na busca pelo equilíbrio.

Se antes do surgimento do conceito de desenvolvimento as pessoas buscavam o crescimento, a evolução e o desenvolvimento de maneira intuitiva, vivendo certa “casualidade” na busca inconsciente de melhores condições de vida, após o entendimento racional de que era possível produzir desenvolvimento, a dinâmica social, os objetivos, as estratégias na busca destas condições, adquiriram novas diretrizes.

O entendimento de que era possível produzir desenvolvimento a partir de recursos econômicos e intelectuais, trouxe também para a dinâmica social a ideia de planejamento, estratégias de produção, políticas públicas e um olhar para o futuro mais elaborado e objetivado do que se tinha até então.

Se por um lado a racionalidade permitiu a produção do desenvolvimento por meio de novas estratégias, com o passar do tempo, essa mesma racionalidade também propiciou à sociedade observar outros aspectos, entre eles, a sustentabilidade social e ambiental. A ideia de um desenvolvimento menos predatório e que pudesse garantir a sustentabilidade para as futuras gerações, foi ganhando força.

Amaro (2003), comenta que na Conferência de Estocolmo em 1972, surgiu o primeiro conceito, relacionando o desenvolvimento com demais aspectos da natureza. O conceito de

“Ecodesenvolvimento”⁵ chamava a atenção para a necessidade de entender que o desenvolvimento não poderia levar em consideração apenas o cálculo econômico.

A partir deste entendimento, a Comissão de Brundtland desenvolveu o conceito formal de “Desenvolvimento Sustentável”, e passou a integrar os discursos e discussões, sempre que o assunto fosse relacionado com o desenvolvimento.

Segundo Amaro (2003), foi publicado o Relatório “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como Relatório Brundtland⁶, que se tornou de conhecimento público mundial. O referido relatório apontou o desenvolvimento sustentável como uma forma de satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer as futuras gerações.

Embora a sociedade tenha iniciado um processo de entendimento sobre a necessidade de se desenvolver de maneira sustentável, o assunto ganhou diversas vertentes de pensamento e a polêmica se intensificou enormemente, considerando os diversos interesses envolvidos, como daqueles que entendem o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e aqueles que buscam o desenvolvimento como sinônimo de “bem-estar social”.

Este conflito entre o desenvolvimento e a sustentabilidade gera uma tensão enorme, colocando frente a frente os mais variados interesses e tem gerado debates em torno dos diversos conceitos de desenvolvimento.

Provavelmente o setor mais afetado por esse dilema seja o setor agrícola, considerando a enorme relação que possui com praticamente todos os segmentos da sociedade. Questões sociais, econômicas e ambientais estão diretamente ligadas à produção do campo e os impactos destes segmentos e tornam relevantes em qualquer direção que se decida caminhar. A agricultura é protagonista das principais alterações socioeconômicas que ocorrem no planeta. Isso pode ser observado nos impactos visualizados por ocasião da Revolução

5

“Conceito normativo básico emergiu da Conferência de Estocolmo, em 1972. Designado à época como “abordagem do Ecodesenvolvimento”, e posteriormente nomeado Desenvolvimento Sustentável”. (Fernandez, 2011)

6

Relatório emitido pela Comissão Brundtland (nome da primeira ministra norueguesa que a coordenou), designada para proceder a uma caracterização dos problemas ambientais no mundo e propor soluções conceituais e estratégicas para os mesmos, na sequência da dinâmica criada pela Conferência de Estocolmo, nomeadamente com a criação da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, no âmbito da O.N.U, em 1987. O relatório levou o título de “Nosso Futuro Comum”. (Amaro 2003)

Verde⁷ocorrida em meados do século passado, a qual trouxe para a sociedade muitos desafios. Diante deles pode-se citar o conflito entre a produção de alimentos e a preservação do meio ambiente.

A Revolução Verde surgiu com o propósito de desenvolver tecnologias capazes de acelerar e potencializar a produção de alimentos para eliminar a fome do planeta. No entanto, conforme destaca Lazzari (2017, p. 02), “Notamos que a introdução da Revolução Verde, ainda que promettesse erradicar a fome e trazer desenvolvimento, implantou mais diferença social e exploração, perpetuando-se com o capitalismo e a uniformização”.

As questões a serem colocadas de maneira mais enfática neste propósito são as enormes consequências sociais e ambientais, ocasionadas por essa revolução no campo. O êxodo rural, a formação de favelas nas grandes cidades, os impactos no meio ambiente causados pelo uso de agrotóxicos na lavoura, impactos na saúde das pessoas, pelo consumo destes alimentos contaminados e, ainda, os problemas econômicos e sociais ocasionados pelo interesse governamental no investimento maciço na produção de commodities.

Conforme destaca Dieter (2004), os projetos e as políticas públicas que priorizam os fatores essencialmente econômicos, em detrimento aos fatores sociais e ambientais, vem perdendo fôlego. É neste sentido que tem surgido novas alternativas de visualizar o desenvolvimento, destacando o desenvolvimento sustentável como o conceito que pode abranger os segmentos necessários para esse equilíbrio.

Situações como as citadas acima colocam a questão do desenvolvimento como algo a ser pensado com muita responsabilidade e o desenvolvimento sustentável precisa ser considerado na sua essência para que seja possível usufruir dos ganhos, sem perder de vista as condições de igualdade e a continuidade para próximas gerações. Precisa-se entender o que está se promovendo e quais as perspectivas para o futuro na questão do desenvolvimento e o papel da agricultura familiar nesse contexto.

7

A Revolução Verde a partir de 1960, baseada na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo, soja e de outras grandes culturas de exportação e numa ampla utilização de fertilizantes químicos, de produtos de tratamento e, eventualmente, em um eficaz controle da água de irrigação e da drenagem a revolução verde foi adotada pelos agricultores que eram capazes de adquirir esses novos meios de produção e nas regiões favorecidas, onde era possível de rentabilizá-los. (MAZOYER e ROUDART 2010, p. 29)

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA em 2018, a agricultura familiar brasileira é a oitava produtora de alimentos do mundo. Com faturamento de U\$ 55 bilhões em 2018. Mesmo que o país possuísse somente a agricultura familiar, estaria entre os dez maiores produtores de alimentos do mundo. No Brasil 70% dos alimentos básicos produzidos são da agricultura familiar.

Conforme o MDA, em 2016, dos aproximadamente, cinco milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, em torno de quatro milhões (80%) são de grupos familiares, sendo base econômica para 90% dos municípios com até vinte mil habitantes, respondendo por 35% do PIB brasileiro e 40% da população economicamente ativa no país.

Embora a agricultura familiar tenha nas suas raízes históricas sempre a presença forte da família, sendo uma atividade primeiramente de subsistência, o termo agricultura familiar surgiu no Brasil apenas na década de 1990. Favareto (2006), cita a agricultura familiar como a principal inovação nas políticas rurais brasileiras na década de 1990.

O termo “agricultura familiar” entrou no cenário brasileiro de maneira definitiva, em meados da década de 1990, por ocasião da criação do PRONAF.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1994 [...] volta-se para a categoria dos agricultores familiares, que passam a ter reconhecimento pela “Lei da Agricultura Familiar”, Lei nº 11.326/2006. (MIELITZ, 2009, p. 62)

Em termos conceituais, a agricultura familiar está diretamente relacionada ao próprio termo, sendo uma atividade realizada principalmente pelos membros da família que detém e moram na unidade de produção.

Conceituar a agricultura familiar não é uma tarefa fácil, não só no Brasil, como também no restante do mundo, já que cada país ou região tem entendimento diferente a respeito do assunto (NOGUEIRA e URCOLA, 2013). Nos Estados Unidos, por exemplo, de acordo com Navarro (2010), 98% da produção rural correspondem à agricultura familiar, no entanto, o único critério para se enquadrar nessa modalidade é a gestão da unidade, que precisa ser de apenas 50% realizada pela família.

Para Abramovay et. al., (1998, p. 03), “A agricultura familiar é aquela em que a

gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”.

De acordo com as considerações de Altafin (2011), o conceito de Agricultura Familiar pactua alguns critérios como: tamanho da propriedade rural, predominância familiar na gestão ou na mão de obra e o percentual mínimo de renda familiar proveniente da unidade produtiva.

A Lei 11.326/2006, em seu artigo 3º, tecnicamente define:

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2018)

Para Cunha e Savoldi (2010), o que caracteriza a agricultura familiar é a presença de pelo menos um membro da família, que combine as atividades de gestão da propriedade com a atividade operacional da agricultura.

Entre os vários posicionamentos referenciados pela literatura brasileira, estão duas definições trazidas por Altafin (2011). Uma que considera a Agricultura Familiar uma nova categoria, gerada em meio às transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas, e outra que a apresenta como um conceito em evolução, com significativas raízes históricas.

Em termos gerais, a Agricultura Familiar conta atualmente com sujeitos ativos que procuram construir sua história em meio às forças que subjugam sua influência na atual dinâmica econômica social e tem buscado seu espaço em meio ao mercado cada vez mais competitivo.

A partir das referências contextualizadas é possível extrair que o termo agricultura familiar está associado às propriedades com pequena extensão de áreas e cuja gestão e a força de trabalho são realizadas por pelo menos um dos membros da família. Outro requisito verificado é que a renda familiar necessita ter sua predominância na produção realizada dentro da propriedade.

3.3 GESTÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

O ser humano sempre necessitou administrar sua vida, mesmo na antiguidade, quando vivia como nômade, subsistindo apenas do que a natureza lhe oferecia. Para Rossés (2014, p. 29), “as pessoas vêm sendo administradas em grupos e organizações desde a pré-história”. Era necessário administrar seu espaço, seu alimento, sua segurança e de sua família, mesmo que isso fosse feito de maneira inconsciente, apenas como instinto de sobrevivência. Paro (2012, p. 30), ratifica que “a atividade administrativa, enquanto utilização racional de recursos para atingir fins, é, como já vimos, condição necessária da vida humana”.

Rossés (2014, p. 29), expõem que “à medida que as sociedades cresceram e ficaram mais complexas, a necessidade de administradores tornou-se cada vez mais aparente, levando os estudiosos dessas épocas a pensar de modo intuitivo sobre a natureza da administração”. Ainda Rossés (2014), ratifica que a maneira empírica de administrar, tornavam os recursos mal aproveitados e desorganizados, trazendo ineficiência às organizações.

De acordo com Rossés (2014), a tentativa de desenvolvimento das teorias sobre administração, é relativamente recente e, portanto, somente a partir do processo de produção industrial, no século XVIII e XIX, que a administração ganhou novos estudos sobre as melhores maneiras de administrar, destacando-se como estratégia para organização e planejamento, devido ao surgimento das demandas geradas pela indústria, que passou a exigir mais racionalização dos recursos empregados, maior eficiência e controle das ações desenvolvidas pelos trabalhadores. De acordo com Lima, et al., (2001, p. 31), “com a industrialização, criaram-se as condições para a implantação das modernas organizações com seus próprios desafios em termos de administração”.

A evolução da administração trouxe grandes avanços e contribuições para o desenvolvimento das empresas e para o mercado. No entanto, para o segmento rural, o avanço foi menor, principalmente, pelo entendimento de que os princípios econômicos e administrativos são universais. (LIMA et al., 2001)

A agricultura tornou-se uma atividade complexa, do ponto de vista da gestão, principalmente na pequena propriedade, em que boa parte do que é produzido fica para o consumo próprio da família. Na agricultura, a administração como forma de gerência das

propriedades, têm seus primeiros registros nos Estados Unidos e na Inglaterra, que ocorreram juntamente com a modernização da agricultura. Lima, et al., (2001, p. 23), relatam que os primeiros profissionais a atuarem na “Farm Management” (administração da propriedade rural), são os economistas e agrônomos. Estas ideias passaram a fazer parte da agricultura de maneira mais ativa, em outras regiões do globo se inter-relacionando com áreas da economia e da política.

A modernização da agricultura trouxe à tona a necessidade de melhorar a sua gestão, considerando o aumento da oferta de produtos, maior rapidez na produção, a competitividade, a agilidade do transporte, entre outros. No Brasil, conforme Wagner et al., (2010, p. 07), a agricultura, sobretudo a partir de 1960, vivenciou um intenso e vigoroso processo de modernização”.

Crepaldi (2012, p. 02) ratifica que, “o conhecimento das condições de mercado e dos recursos naturais dá ao produtor rural os elementos básicos para o desenvolvimento de sua atividade econômica”. Não é suficiente ter conhecimento em administração para fazer uma gestão eficiente em uma unidade de produção agrícola. É necessário também, entender a complexidade e as particularidades envolvidas.

Conforme reforçam Wagner, et al., (2010, p.7), a condição fundamental para realizar ações de planejamento e de gestão nas propriedades rurais, aquelas denominadas unidades de produção agrícola (UPA), é a compreensão das particularidades que caracterizam os agentes diretamente envolvidos neste processo. Os autores enfatizam ainda que “as UPAs são formatadas pelos agricultores e produtores rurais, que organizam suas atividades produtivas a partir de suas condições materiais e de seu legado cultural, étnico e social”.

A partir dessa compreensão é possível organizar a administração rural na busca de eficiência dos recursos. Para Hoffmann (1987, p. 01), “a Administração Rural é o estudo que considera a organização e operação agrícola visando o uso mais eficiente dos recursos para obter resultados compensadores e contínuos”.

Neste sentido, compreender a estrutura e funcionamento da propriedade rural como salienta Wagner et al., (2010, p. 07), “é condição fundamental e indispensável para a realização de ações de planejamento e de gestão na propriedade”.

A pesquisa realizada por Zanin et. al., (2013), constatou-se que a maioria da sua amostra não utiliza relatórios gerenciais para análise dos custos, dos resultados e dos investimentos das atividades rurais.

O contexto no qual o agricultor está inserido é parte importante da análise, pois o meio ambiente interfere diretamente na operacionalização da unidade, sendo as relações sociais com vizinhos, associações, cooperativas, comércio local e demais segmentos que se relacionam com a unidade, parte integrante desta dinâmica. Nesse sentido, a unidade de produção entendida neste contexto como a propriedade rural, constitui-se num sistema aberto que se inter-relaciona com o ambiente físico, socioeconômico e cultural. Lima, et al., (2001).

3.4 REPRODUÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Possivelmente a agricultura tenha sido uma das maiores descobertas do ser humano, não só pela condição de melhoria da sua alimentação, mas pela opção do desenvolvimento do ser social e pela condição de permanecer mais tempo no mesmo local, deixando de ser nômade, e assim, criar vínculos mais próximos com a sua família ou tribo. Como expõe Mazoyer e Roudart (2010, p. 114), “A conversão dessas sociedades ainda predadoras, mas que praticavam esporadicamente a agricultura, em sociedades de cultivadores sedentários, ocorreu bem mais tarde, entre 250 anos a.C. e no ano 200 de nossa Era”.

O desenvolvimento da agricultura e conseqüentemente seu poder econômico, levaram paradoxalmente o mundo a ver o aumento da fome, pois quanto mais alimentos são produzidos, mais desigualdades, insegurança alimentar e fome se observam. Mazoyer e Roudart (2010, p. 28), ratifica que, “A maioria das pessoas que tem fome no mundo não é, portanto, de consumidores urbanos compradores de alimentos, mas de camponeses produtores e vendedores de produtos agrícolas”.

A disputa pela terra como forma de acumulação de capital, desde cedo, já demonstrou as dificuldades que a sociedade teria para gerir a produção de alimentos. Os interesses econômicos logo se sobrepujaram aos interesses sociais e do bem-estar comum. A terra, principal fonte de produção de alimentos, passou a ser explorada como bem de capital, ou seja, como forma de acumulação de capital. Conforme Marx (1996), a expropriação da base fundiária do produtor rural forma a base do processo de acumulação primitiva, quando grandes massas de pessoas são arrancadas do seu meio de subsistência e lançadas no mercado de trabalho. Esse fator gera desemprego, subemprego e enormes desigualdades sociais.

Desde então essas condições se espalharam e se agravaram, seguramente, com a Revolução Verde, ocorrida em meados do século passado e trouxeram ainda, de maneira mais

evidente, o problema do êxodo rural, a formação de favelas nos grandes centros e o agravamento da fome no mundo. Como destaca Lazzari (2017, p. 02), “Notamos que a introdução da Revolução Verde, ainda que promettesse erradicar a fome e trazer desenvolvimento, implantou mais diferenças sociais e exploração, perpetuando-se com o capitalismo e a uniformização”.

O desenvolvimento das tecnologias no campo trouxe maior produção agrícola, no entanto, aumentou consideravelmente a monocultura e a concentração de riqueza aumentando as desigualdades na produtividade, resultantes do acesso desigual aos meios de produção, acrescentam-se as desigualdades de encargos resultantes da repartição desigual da propriedade desses mesmos meios. (MAZOYER e ROUDART, 2010)

Para Wanderley (2014), os movimentos sociais rurais, juntamente com a redemocratização, trouxeram para o debate as questões fundiárias e a relevância das lutas pela terra. Com a redemocratização no Brasil, ações governamentais começaram a ser desenvolvidas com o objetivo de fomentar a pequena produção familiar, na tentativa de melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, incentivando a permanência deles na terra e, conseqüentemente, contribuindo para a reprodução social.

Por reprodução social, entende-se a sucessão da família na unidade de produção. Para Spanevello (2008, p. 39), “a ideia construída em torno da reprodução social tem como “pano de fundo” a perspectiva da continuidade dos indivíduos e/ou grupos sociais”. A autora chama a atenção ainda para as dimensões dessa continuidade, quais sejam da produção de bens materiais e da organização social do trabalho envolvidos nessa produção.

É possível que não se tenha dado a devida importância a esse fenômeno e a relevância que a saída do homem do campo teria no cenário social, ou seja, as mudanças nas relações sociais que são ocasionadas por esse acontecimento. O fenômeno é relevante e precisa ser encarado com seriedade, tendo em vista todas as conseqüências sociais que despontam desta questão.

Para Abramovay et al., (1998, p. 01), “desde 1950, a cada dez anos, um em cada três brasileiros vivendo no meio rural opta pela emigração”, chamando a atenção pela quantidade de pessoas que escolhem pelo abandono do campo. Navarro (2010), expõe que as estimativas apontam que em 2020 a população chamada “rural” não atingirá dois dígitos.

Para Nascimento et. al., (2017), o aumento da violência, o crescimento do desemprego e a formação de favelas nas grandes cidades podem ter ligação direta com a precarização do

campo. Porém, esta relação muitas vezes, não é estabelecida e os governantes e a sociedade acabam tratando essas questões como causa e não consequência.

Como já comentado, e parafraseando Spanevello (2008), a partir da década de 1990, com os movimentos sociais, as políticas públicas começaram a ser implantadas na tentativa de diminuir a saída das pessoas do campo, incentivando a agricultura familiar. Entretanto, as dificuldades são diversas, considerando que são vários os fatores que influenciam esta dinâmica e muitas delas estão ligadas à modernização e a globalização social, tecnológica e econômica do planeta.

Segundo as palavras de Dal Soglio (2016), o trabalho dos pequenos agricultores perdeu autonomia a partir do momento que passou a competir no mercado de alimentos, sendo pressionados a adquirir pacotes tecnológicos e a produzir de acordo com a vontade da indústria.

Com essa nova relação, entre a pequena propriedade rural e o capital e o predomínio dos latifúndios, o trabalho na indústria tornou-se mais atrativo para esse agricultor, induzindo-o a deixar sua unidade e se tornar funcionário da indústria.

Essa dinâmica permanece até os dias de hoje, e a pequena propriedade cada vez mais sede espaço para o agronegócio e, conseqüentemente, aumenta as chances de migração campo/cidade. Conforme Oliveira (2008), as pequenas propriedades são pressionadas a aumentar sua escala de produção, sendo forçadas a utilização de novas tecnologias, levando a exclusão de diversas unidades impossibilitadas de obtenção de recursos para investimentos. O autor cita o exemplo da produção de leite, com ordenhas mecânicas, tanques de resfriamentos e caminhões isotérmicos, sendo investimentos altos, muitas vezes inatingíveis pelo produtor familiar.

A perspectiva de sucessão familiar não está vinculada a um único fator, principalmente num país de tantas diferenças sociais, regionais e culturais. Vários fatores podem interferir no processo de reprodução social nas unidades da agricultura familiar, como as características familiares internas, processo de ensino-aprendizagem no trabalho familiar, a internalização da moral e dos valores e as condições do próprio meio rural, como localização geográfica, econômica e a relação social com a cidade. (SPANEVERELLO, 2008)

3.5 REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

A monocultura com suas práticas e tecnologias baseadas na Revolução Verde, conforme afirma Caporal (2009), trouxe uma série de externalidades que levaram o planeta a uma crise socioambiental sem precedentes.

Se por um lado produção em larga escala trouxe benefícios econômicos para os países, pela valorização da commodities, por outro lado, trouxe um agravamento para o meio ambiente, principalmente pelo uso indiscriminado de produtos químicos e enormes desigualdades sociais no campo pela má distribuição das terras.

A demanda da sociedade por uma alternativa que pudesse resgatar algumas práticas mais saudáveis na produção de alimentos fez surgir a Agroecologia, segundo Altieri e Rosset (2018), o surgimento da Agroecologia pouco teve a ver com a ecologia e agronomia formal, mas com uma junção de disciplinas como a antropologia, etnoecologia e sociologia rural.

Com esse entendimento, a Agroecologia passou a ser uma alternativa contra o modelo que estava posto naquele momento, em que privilegiava as grandes propriedades e deixava a margem os pequenos produtores, aqueles que não possuíam acesso às tecnologias relativas a equipamentos e insumos, além dos graves problemas de saúde que surgiam pelo uso excessivo de agrotóxicos.

Conforme Altieri e Rosset (2018), os estudos sobre os saberes populares e as tecnologias indígenas sobre o desenvolvimento rural, foram componentes fundamentais para o desenvolvimento da Agroecologia, com enfoque voltado à qualidade dos alimentos e também com objetivo de resgatar as origens da agricultura, buscando aliar os saberes populares com os estudos científicos.

Para Perez-Cassarino et al., (2018), a Agroecologia supera a ideia de construção de uma alternativa ao modelo convencional quando propõe um redesenho dos sistemas agroalimentares nos aspectos de produção, organização social, industrialização, comercialização e certificação dos produtos ecológicos.

Embora a Agroecologia tenha objetivos maiores do que a produção de alimentos orgânicos e preocupação com o meio ambiente conforme destaca Altieri (2004, p. 26), “restaurar a saúde ecológica não é o único objetivo da Agroecologia”, o cuidado e a credibilidade do setor necessitam da atenção dos organismos de controle. O crescimento, a abrangência e a proporção tomada pela Agroecologia no Brasil, trouxeram grandes desafios para esses órgãos de controle e organização das produções orgânicas.

Se por um lado a Agroecologia se apresenta como alternativa para a produção orgânica, por outro, regulamentar e certificar as unidades de produção se apresenta como um enorme desafio a ser enfrentado. O desafio é dar credibilidade e confiança para os consumidores, considerando que alguns segmentos alheios ao propósito da Agroecologia, podem se apropriar do termo e aderirem ao “modelo” agroecológico com objetivos diferentes aos propostos. Conforme enfatiza Caporal e Azevedo, (2004, p.87). “Lamentavelmente, como aconteceu com a expressão desenvolvimento sustentável, é cada vez mais evidente a profunda confusão no uso do termo Agroecologia”

O desafio de efetivar uma transição para a Agroecologia é enorme, considerando a grande difusão dos insumos facilitadores da produção, como fertilizantes e agrotóxicos, por exemplo. É necessário estar atento às condições em que uma unidade de produção se propõe a ser agroecológica considerando inclusive o contexto em que está inserida, observando que, provavelmente, esteja rodeado de produtores convencionais, o que pode comprometer a eficiência orgânica da unidade.

Sem a conscientização dos agentes envolvidos diretamente na produção com articulação de conhecimentos locais e acadêmicos, assim como, de toda a sociedade, fica praticamente inviável o desenvolvimento deste segmento. (SARANDÓN, 2014). Observa-se a relevância que a participação da sociedade traz para o contexto.

Como cita Altieri (2004, p. 27), “a Agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento”.

Também se considera que a Agroecologia se adapta mais facilmente às unidades de produção familiar por seu caráter, naturalmente, mais artesanal de produção. Assis (2005, p. 180), ratifica que “os limites teóricos da Agroecologia se adaptam mais facilmente à realidade da Agricultura Familiar”.

No contexto do território Cantuquiriguaçu, é importante contextualizar onde começou a se desenhar um caminho para que fosse possível o desenvolvimento da Agroecologia. A Agroecologia já era praticada na região, embora a metodologia agroecológica ainda não fosse conhecida. Conforme explica Santos (2016), até a década de 1980 o Território Cantuquiriguaçu tinha suas atividades agrícolas baseadas principalmente no extrativismo e produções agrícolas e pecuárias com baixos rendimentos e com pouca utilização de insumos, pautando sua produção basicamente para o autoconsumo.

A partir da década de 1980, no contexto de luta dos movimentos sociais, principalmente do MST (Movimento dos Sem Terra) pela posse das terras, o Território Cantuquiriguaçu recebeu a inserção de 4.500 famílias assentadas em 49 assentamentos, resultando na mudança de dinâmica produtiva do território. (SANTOS, 2016)

Em um primeiro momento, esses agricultores se alinham com o sistema convencional de produção, modelo hegemônico na época, considerando que ainda estavam em processo de conquista do espaço para trabalhar (CEZIMBRA, 2013). Por um longo período o território ficou envolvido em constantes lutas pela terra, mesmo após a distribuição das terras terem ocorrido. O modelo de produção convencional não permitia que os pequenos agricultores se mantivessem na propriedade, conforme ratifica Santos (2016, p. 72), “em grande medida, esse processo também é incentivado pelas organizações produtivas da região, ligadas também ao MST”. Ainda de acordo com Santos (2016), esta situação começa a mudar a partir do final da década de 1990, com a reação dos movimentos sociais contra esse processo de desterritorialização que ocorria com a saída dos agricultores do campo e o aprofundamento de sua marginalidade.

Neste contexto, no final da década de 1990, surge a Rede Ecovida, a qual “se concretiza basicamente a partir de uma identidade e reconhecimento histórico entre as iniciativas de ONGs e organizações de agricultores construídas na região Sul do Brasil”, como uma alternativa em relação à ideia de produção advinda da revolução verde. (ECOVIDA, 2018)

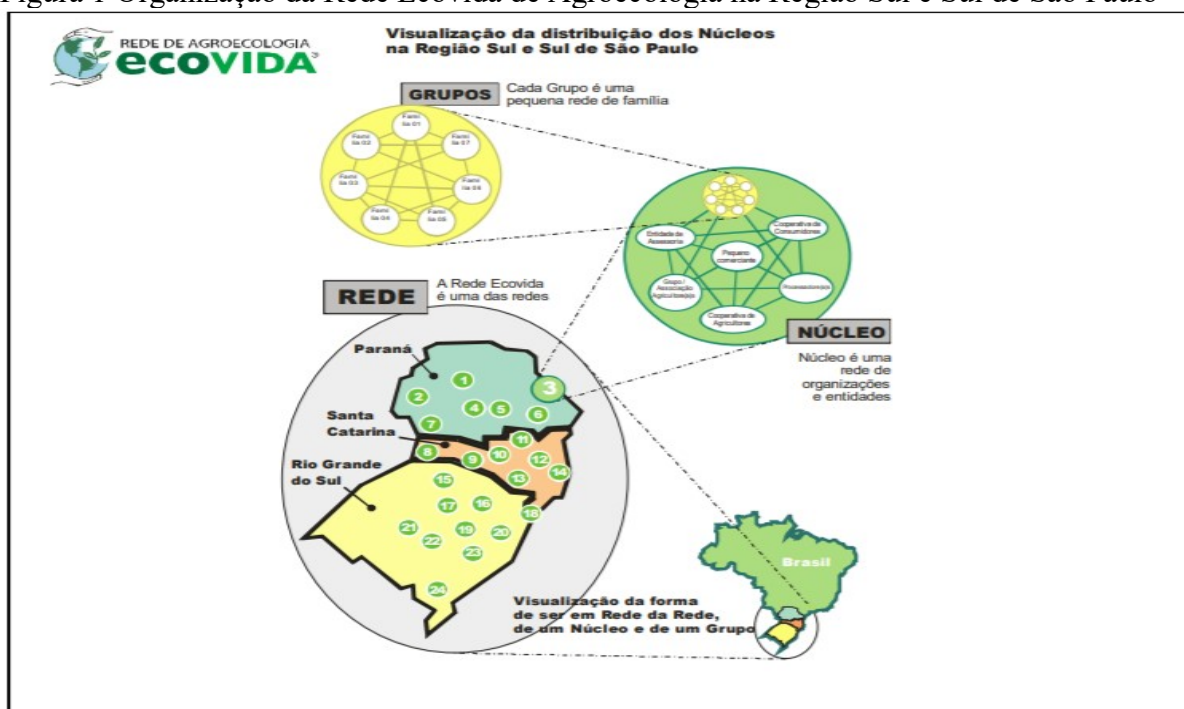
A Rede Ecovida de Certificação Agroecológica é uma organização informal e sem estrutura legal, organizada em grupos. Agricultores familiares ecologistas, ONG's, consumidores e suas organizações, pessoas individualmente organizadas e comprometidas com a Agroecologia e comerciantes de alimentos agroecológicos fazem parte e contribuem com a rede. Para Arl, (2007, p. 14), “A Ecovida tem por missão ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da Agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada local”.

Segundo Santos (2003), o funcionamento da Rede Ecovida é totalmente descentralizado e se fundamenta na constituição de núcleos regionais, nos quais se reúnem todos os membros de uma região que possuam características similares, facilitando a interação e comunicação entre eles, viabilizando assim, a certificação participativa.

A Rede Ecovida possui 27 núcleos regionais e abrange aproximadamente 352

municípios no Sul do Brasil. São cerca de 4.500 famílias envolvidas e 20 ONGs em toda a área de atuação, onde acontecem mais de 120 Feiras Ecológicas e diversas outras formas de comercialização de produtos agroecológicos. (GRANDO, et al., 2016)

Figura 1 Organização da Rede Ecovida de Agroecologia na Região Sul e Sul de São Paulo



Fonte: Grando et al., (2016)

De acordo com Perez-Cassarino et al., (2018), a Rede Ecovida de Agroecologia é uma força política, técnica e econômica que se consolida como alternativa concreta para a produção e comercialização de alimentos saudáveis. Ainda, o autor destaca que a Rede Ecovida tem entre suas principais ações a construção de mecanismos alternativos de mercado.

A rede Ecovida não tem como objetivo somente a Certificação Agroecológica, mas também ser um instrumento para construção de um novo modelo de agricultura e de sociedade, baseado nos princípios da solidariedade, da cooperação e do respeito ao meio ambiente. (SANTOS, 2003)

4 METODOLOGIA

Nesta seção são apresentados os passos seguidos para realização da pesquisa, desde o

planejamento até a discussão dos resultados.

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa por sua natureza, se apresenta como uma pesquisa aplicada, considerando que tem como objetivo gerar conhecimento para aplicabilidade no futuro. Conforme orienta Prodanov (2013, p. 51), a pesquisa aplicada deve “gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais”.

O estudo é de natureza descritiva quanto aos seus objetivos. Para Prodanov (2013), nas pesquisas descritivas o pesquisador registra e descreve os fatos conhecidos durante o processo de investigação.

Prodanov (2013), ainda acrescenta que uma pesquisa descritiva, caracteriza-se no tocante a coleta de dados, como uma forma de levantamento ou survey. Nessa pesquisa foi utilizado um questionário (anexo 1) a fim de registrar e descrever fatos relacionados a gestão das unidades de produção, com base agroecológicas, situadas no município de Laranjeiras do Sul.

Do ponto de vista da abordagem do problema de pesquisa, trata-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa, visando estabelecer relação entre a forma de produção e o comportamento administrativo do produtor rural, considerando a realidade familiar e o contexto social e geográfico em que ele está inserido. Conforme Goldenberg (1997, p. 14), “Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social”.

4.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

4.2.1 Universo da pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Laranjeiras do Sul, situado na região sul do Brasil, na microrregião Centro Oeste do Paraná, conforme figura 2.

Figura 2 Localização do município de Laranjeiras do Sul



Fonte: Adaptado IBGE (2019).

Conforme os dados da Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul (2018), o município tem como municípios limítrofes, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Virmond e Marquinho e está a 360 km da capital Curitiba.

De acordo com o IBGE (2017), a população de Laranjeiras do Sul está estimada em 32.379 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 671.121 km². O município é considerado polo do território Cantuquiriguaçu, ou seja, referência em vários segmentos na região, conforme dados do IPARDES (2007). A figura 2 ilustra a localização do município de Laranjeiras do Sul no contexto do território Cantuquiriguaçu.

Figura 3 Localização o município de Laranjeiras do Sul no Território Cantuquiriguaçu



Fonte: Adaptado: Condetec, 2018.

O território Cantuquiriguaçu localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 13.947,73 km², correspondendo a cerca de 7% do território estadual e a 17,4% da área do Projeto sendo constituído por vinte municípios, conforme demonstrado na figura 2. (IPARDES, 2007)

O censo do IBGE (2010), relata que a população do Território Cantuquiriguaçu era de 247.384 habitantes, sendo que 46,45% dos habitantes estavam na Zona Rural. A população de Laranjeiras do Sul corresponde a 12,44% da região, no entanto, possui apenas 18,7% da sua população, na Zona Rural. Sendo assim, é o segundo município mais urbanizado da região.

Laranjeiras do Sul tem na sua base econômica a agricultura, a pecuária e a suinocultura e é referência na sua região por sua localização e pela estrutura comercial privilegiada em relação aos demais municípios da região. (IPARDES, 2018)

Segundo dados do (IPARDES, 2018), Laranjeiras do Sul possui 1.431 unidades rurais, das quais, 633 unidades possuem Declaração de Aptidão ao PRONAF, (DAP) e, portanto, se enquadram como Unidade da Agricultura Familiar.

4.2.2 População e Amostra

A amostra pesquisada, é uma parte dos agricultores que conquistaram a terra por meio da luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na região em meados da década de 1990. Conforme destaca (CEZIMBRA, 2013, p. 69), “após o ano de 1996, a luta pela terra ganha grande impulso na região Centro-Sul da Cantuquiriguaçu”. Com o resultado desse

movimento surgiram os assentamentos na região e no município de Laranjeiras do Sul.

No momento da implantação dos assentamentos na região, o MST ainda não tinha claro qual modelo de produção adotaria, tendo em que vista que, o foco e a prioridade era a conquista do espaço para produzir (CEZIMBRA, 2013). Na busca de um modelo de produção sustentável, quer superasse o modelo convencional hegemônico na época, em 1998, após articulações realizadas com vários segmentos sociais, surgiu a Rede Ecovida no Território Cantuquiriguaçu. (PEREZ-CASSARINO, 2012)

A Rede Ecovida é uma organização informal, sem estrutura legal, organizada em grupos. Fazem parte desta organização os agricultores familiares ecologistas, ONG's, comerciantes de alimentos agroecológicos, consumidores e suas organizações e pessoas individualmente organizadas e comprometidas com Agroecologia.

De acordo com Xavier (2018), um dos coordenadores da Rede Ecovida no Território Cantuquiriguaçu, a entidade possui hoje em torno de duzentas unidades de produção associadas, sendo que destas, aproximadamente sessenta já possui certificação, mesmo que de forma parcial.

A Rede Ecovida não possui até a presente data uma sistematização dos dados. Sendo assim, os números apresentados são aproximados. O município de Laranjeiras do Sul possui dezoito unidades associadas, ou seja, aproximadamente 10% dos cadastros do Território Cantuquiriguaçu.

A Rede Ecovida de Certificação Agroecológica é organizada em núcleos regionais, sendo que cada núcleo possui uma coordenação para animação e gestão. Os núcleos são subdivididos em grupos locais, onde acontecem as reuniões para deliberação e tomadas de decisões. Os grupos também possuem um coordenador que organiza os fóruns locais.

No território Cantuquiriguaçu, o núcleo da Rede Ecovida é denominado de “Luta camponesa” e o município de Laranjeiras do Sul possui três grupos, sendo Grupo Oito de Junho, Serra da Esperança e Recanto da Natureza, inseridos nesse núcleo.

Durante os meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019, aconteceram visitas as unidades de produção onde foram realizadas entrevistas com as famílias dos produtores. A estrutura das entrevistas, compuseram o roteiro semiestruturado de quarenta e três questões.

A escolha das unidades de produção associadas à Rede Ecovida se deve ao interesse em conhecer o perfil de gestão destas unidades, tendo em vista a viabilidade de acesso às unidades associadas presentes no município. O coordenador da Rede Ecovida forneceu o

contato dos produtores, com endereços e telefones, que foram utilizados para agendamento das visitas.

Os deslocamentos até as unidades de produção foram custeados pelo pesquisador, com veículo próprio. As visitas começaram pelo Grupo Oito de Junho, em seguida, no Grupo Serra da Esperança e por último, no Grupo do Recanto da Natureza. O anexo 1 apresenta o roteiro da entrevista aplicada aos produtores.

Os dados da pesquisa foram analisados tendo como base as quatro variáveis de análise, conforme demonstrado no quadro 1.

Para a entrevista, foi elaborado um questionário semiestruturado com quarenta e três questões divididas em quatro blocos. No primeiro bloco foram realizadas dezenove perguntas referentes ao perfil socioeconômico das unidades de produção, no segundo bloco, foram dez questões sobre o perfil da produção, no terceiro, foram dez questões sobre o processo de gestão das unidades e no quarto e último bloco, foram quatro questões sobre a reprodução social.

A população investigada foram as dezoito unidades de produção agroecológicas, associadas à Rede Ecovida de Certificação Agroecológica, situadas no município de Laranjeiras do Sul. As unidades selecionadas são suas associadas, sendo que quatro delas possuem certificação total e as demais, certificação parcial.

4.2.3 Constructo da pesquisa

As quarenta e três questões foram elaboradas para responder aos objetivos específicos propostos, considerando as variáveis referenciadas na literatura. A seguir, o quadro 1 apresenta o constructo da pesquisa.

QUADRO 1 Variáveis de Análises

Objetivo	Variável	Questões	Referências
Caracterizar o perfil socioeconômico.	Tamanho da unidade	01,02	Zanin et al., (2013)
	Tempo de unidade	03,04	Spanevello, (2008) Zanin et al., (2013)

	Quantidade de famílias	05	Spanevello, (2008)
	Quantidade de pessoas	06	Spanevello, (2008)
	Idade	07	Zanin et al., (2013)
	Escolaridade	08	Spanevello, (2008)
	Mão de obra familiar	09,10	Santos, (2016)
	Patrimônio	11	Zanin et al., (2013)
	Produção	12,13,14	Zanin et al., (2013)
	Renda	15,16,17,18,19	Kageyama, (2001)
Objetivo	Variável	Questões	
Diagnosticar o perfil da produção com base agroecológica.	Certificação agroecológica;	20,21	Arl, (2011) Santos, (2016)
	Motivação para transição;	22	Santos, (2016)
	Fomento;	23,24	Alteri, (2004)
	Comercialização;	28	Santos, (2016)
	Continuidade na Agroecologia.	25,26,27,29	Santos, (2016)
Objetivo	Variável	Questões	
Identificar como é feita a gestão da unidade de produção.	Perfil do gestor;	30,31,32	Zanin et al., (2013)
	Registro das atividades;	33, 34,35,36, 37,38	Zanin et al., (2013)

	Orientação na gestão.	39	Zanin et al., (2013)
Objetivo	Variável	Questões	
Verificar a perspectiva dos produtores com relação à continuidade da unidade de produção, associadas à Rede Ecovida de Certificação Agroecológica, no município de Laranjeiras do Sul.	Sucessão familiar.	40,41,42,43	Spanevello, (2008)

Fonte: Elaborado pelo autor, (2018)

4.2.4 Procedimento de Análise dos Dados

Ao se propor analisar dados extraídos de uma entrevista é fundamental que se utilize técnicas e organização para realização de inferências a partir do material adquirido. De acordo com Martins e Theóphilo (2009, p. 99), a análise de conteúdo “busca a essência de um texto nos detalhes das informações, dados e evidências disponíveis”. O interesse em utilizar a análise de conteúdo, leva em conta que, conforme afirma Martins e Theóphilo (2009, p. 99), “não se restringe à descrição dos conteúdos. Deseja-se inferir sobre o todo da comunicação”.

Martins e Theóphilo, (2009), explica que a análise de conteúdo pode ser utilizada para descrever tendências no contexto das comunicações, comparar mensagens, auditar conteúdos, compará-los com objetivos e medir a clareza das mensagens. Desta forma, entende-se que este método pode ser utilizado nesta pesquisa, procurando alcançar um bom nível de efetividade na análise dos dados extraídos nas entrevistas.

Os dados foram analisados utilizando num primeiro momento, tabelas de frequências e textos explicativos, distribuídos conforme cada bloco de questões, sendo que cada bloco respondeu a um objetivo específico.

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Na presente sessão, são apresentados os resultados obtidos no levantamento realizado por meio de um questionário semiestruturado. A coleta de dados foi realizada na unidade de produção em entrevista com os produtores associados da Rede Ecovida de Certificação

Agroecológica.

O questionário aplicado tem como objetivo evidenciar os dados, conforme variável demonstrada no constructo desse trabalho, para atender os objetivos propostos, sendo eles: Caracterizar o perfil sócio econômico das unidades de produção, com base agroecológica situadas no município de Laranjeiras do Sul, diagnosticar o perfil da produção, identificar as características do processo de gestão nas unidades e verificar a perspectiva dos produtores com relação a reprodução social dessas unidades.

5.1 PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO COM BASE AGROECOLÓGICAS, SITUADAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Os dados a seguir apresentam o perfil socioeconômico das unidades associadas à Rede Ecovida de Certificação Agroecológica, no município de Laranjeiras do Sul. Para tanto, estes se referem ao tamanho das unidades, tempo de residência da família na unidade, tempo que exercem a atividade na agricultura, quantidade de famílias e pessoas que moram na unidade, idade e escolaridade dos moradores, quantidade de moradores que trabalham na unidade ou fora dela, valor estimado do patrimônio e atividades produtivas desenvolvidas na unidade. Ainda, se apresenta dados sobre a renda mensal da produção, rendas adquiridas fora da unidade e perspectivas de renda.

Os três grupos da Rede Ecovida situados em Laranjeiras do Sul são semelhantes no modo de vida e produção, inclusive nas variedades dos produtos. No entanto, devido à localização, as unidades adquiriram algumas características diferenciadas, principalmente pela questão da valorização da terra.

As unidades pesquisadas integram três grupos da Rede Ecovida, as quais se situam nas limitações do município de Laranjeiras do Sul, ficando até a 40 km de distância umas das outras. O grupo “Recanto da Natureza” fica aproximadamente a 27 km da cidade de Laranjeiras do Sul, o grupo “Oito de Junho”, a aproximadamente 10 km e o grupo “Serra da Esperança”, em torno de cinco km distantes da área urbana do município.

As terras não são propriedades dos agricultores, eles são apenas posseiros. As referidas unidades foram distribuídas pelo Estado, por ocasião da Reforma Agrária. Todos os produtores são unânimes em dizer que a terra não possui valor econômico para eles, mas um

grande valor representativo, em virtude dos anos de lutas.

Quanto ao tamanho da área das unidades, é possível visualizar na tabela 1, a demonstração dos dados. Considera-se, porém, apenas o espaço de atuação do produtor. O espaço de reserva legal, está distribuída, em forma de condomínio entre os produtores assentados.

Tabela 1 Tamanho da Área das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019

Área (hectares)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
7 10	1	5.6
10 13	10	55.5
13 16	5	27.8
16 19	2	11.1
Total:	18	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Observa-se pela Tabela 1, a predominância de propriedades com área de 10 a 13 hectares, ou seja, 10 unidades, representando 55,55% do total. Em seguida, estão as unidades entre 13 e 16 hectares, representando 27,8%. As 3 unidades restantes, se diferenciam das demais. Uma delas possui menos de 10 hectares em outro extremo, duas delas estão acima de 16 hectares (11,1%).

Percebe-se uma característica peculiar ao grupo pesquisado, em virtude dos tamanhos similares. Todos os produtores são assentados do MST (Movimento dos Sem Terra) e participaram da distribuição das terras por ocasião da Reforma Agrária, onde foram delimitadas as terras, de forma que os produtores tivessem certa isonomia. (Tabela1)

Sobre o tamanho da área de produção, apenas dois produtores comentaram que podem utilizar toda área para produzir. As unidades pesquisadas possuem áreas de assoreamento, rios e matas que não permitem a produção nestes locais. No geral, estas unidades podem utilizar em torno de 80 a 85% da área para produção. Importante ressaltar que as áreas de reserva legal das unidades estão alocadas em forma de condomínio, distribuídas no conjunto das unidades e não estão computadas nesta metragem.

Os dados referentes ao tempo de posse das unidades estão evidenciados na tabela 2 e representam o período em que os produtores estão efetivamente alocados nas referidas unidades por ocasião da distribuição das terras.

Tabela 2 Tempo de Posse das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019

Tempo (anos)		Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
01	06	2	11,11
06	12	3	16,67
12	18	12	66,67
18	24	1	5,56
Total:		18	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

De acordo com a tabela 2, a maior parte (66,67%) das unidades tem sua ocupação entre doze e dezoito anos. Os produtores citaram estas datas de ocupação das suas memórias e, portanto, pode ser que não seja exatamente os períodos relatados. Os resultados podem ser explicados pelo fato de a distribuição das terras haverem ocorrido no período em que houve a desapropriação das referidas áreas na região, pelo INCRA, por ocasião da Reforma Agrária.

Importante ressaltar que, embora os produtores estejam alocados nestas terras por esse período de tempo informado, 100% deles relataram que sempre foram agricultores, que nasceram no meio rural e que aprenderam a profissão com seus pais.

Com relação à quantidade de pessoas e famílias alocadas em cada unidade de produção, a tabela 3 apresenta os resultados.

Tabela 3 Quantidade de moradores das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019

Quantidade de pessoas		Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
01	02	1	5,56
02	04	4	22,22
04	06	9	50,00
06	08	4	22,22
Total:		18	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

As dezoito unidades pesquisadas apresentam composições familiares diferentes. A metade (50%) delas possui entre quatro e seis integrantes. Da amostra pesquisada quatro dessas unidades possuem acima de seis e as demais abaixo de três integrantes.

As unidades são compostas na sua maioria (66,67%), por apenas uma família e as demais unidades (33,33%) possuem duas famílias morando na unidade de produção. As unidades pesquisadas possuem, ao todo, setenta e nove moradores, acrescentando ainda, nenhuma unidade possui mais de duas famílias alocadas.

Constatou-se, nos relatos advindos das entrevistas que à exceção de uma unidade que possui apenas um integrante, as demais são compostas por famílias constituídas por um ou dois casais, seus filhos e netos. Observa-se que as famílias possuem entre um e no máximo quatro filhos que permanecem na unidade.

As unidades que possuem duas famílias são compostas por familiares próximos. Normalmente são compostas pelos filhos que casaram e constituíram nova família, permanecendo na unidade. Em alguns casos, são parentes das famílias assentadas que por algum motivo estão morando e trabalhando com os produtores que tem a posse da terra.

A seguir, na Tabela 4, são apresentadas informações a respeito da idade dos moradores.

Tabela 4 Idade dos moradores das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecológica de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019

Idade (anos)		Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
03	12	11	13,92
12	24	19	24,05
24	36	15	18,99
36	48	14	17,72
48	67	20	25,32
Total:		79	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Os dados (Tabela 4) evidenciam que há predominância (74,68%) dos moradores com idade abaixo dos quarenta e oito anos de idade, distribuídos da seguinte forma: 37,97% da população têm menos de 24 anos de idade, 36,71% entre 24 e 48 anos e 25,32% possui idade acima dos 48 anos.

Os graus de escolaridades dos integrantes das unidades, são apresentados na tabela 5. Os níveis de escolaridade estão de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Para fins de análise, os menores de dezoito anos foram agrupados como estudantes, já que todos eles estão frequentando a escola regularmente.

Tabela 5 Escolaridade dos moradores das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019.

Grau de escolaridade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Menores 18 anos/estudando	22	27,85
Ensino Fundamental - Anos Iniciais - incompleto	4	5,06
Ensino Fundamental - Anos Iniciais - completo	16	20,25
Ensino Fundamental - Anos Finais - incompleto	7	8,86
Ensino Fundamental - Anos Finais completo	10	12,66
Ensino Médio incompleto	1	1,27
Ensino Médio completo	10	12,66
Ensino Superior incompleto	2	2,53
Ensino Superior completo	7	8,86
Total:	79	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Os resultados (Tabela 5) apontam um percentual na ordem de 27,85% de pessoas com idade inferior a dezoito anos que ainda estão estudando. Uma fatia, representativa de 46,83 %, dos moradores possuem ensino fundamental, em suas diversas fases. Os resultados também apontam que 13,93% dos moradores possuem Ensino Médio completo ou incompleto. Da amostra, nove moradores cursaram o Ensino Superior, representando 11,39% da amostra.

Com respeito à mão de obra familiar, é importante considerar que as onze pessoas que possuem menos de doze anos não são consideradas como força de trabalho, no entanto, conforme os moradores relatam, todos, inclusive as crianças, desenvolvem alguma atividade no dia a dia da família, principalmente considerando que os produtores têm suas rotinas de produção mescladas com as rotinas da família e que por isso, todas as atividades são consideradas como apoio na produção.

A força de trabalho da unidade é composta apenas pelos integrantes das famílias. Nenhum produtor relatou a contratação de mão de obra externa, embora, em muitos momentos, eles se organizem em mutirão para realização de tarefas maiores em que necessitam de mais quantidade de mão de obra. Neste caso, eles trabalham em conjunto com os demais produtores vizinhos.

Segundo os produtores, todos os 79 moradores desenvolvem alguma atividade na unidade, inclusive os menores. Nesse caso, é importante destacar que as crianças mesmo que com participação menor de alguma forma contribuem na mão de obra do campo, todos de alguma forma contribuem para a produção. Verificou-se que boa parte da produção é para o consumo da própria família, e que mesmo os menores, desde cedo, já participam das

atividades de acordo com sua capacidade.

Com relação ao valor econômico do patrimônio das unidades pesquisadas, os moradores não souberam responder com base em algum critério de valoração. Entretanto, os valores relatados por eles foram fundamentados no conhecimento empírico a respeito das negociações realizadas por outros produtores da região. Assim, os valores estimados variaram entre trezentos mil e um milhão e meio de reais, conforme o entendimento de cada responsável pela sua unidade. Foi possível observar durante os relatos, que o fator econômico não é relevante para produtores, talvez explicado pelo fato de não haver intenção de comercialização da unidade.

O valor econômico do patrimônio também tem relação com as benfeitorias que cada unidade possui, como exemplo, algumas unidades possuem casa de alvenaria, enquanto outras casas de madeiras. Outro fator são as distâncias entre as unidades de produção e a cidade, sendo que algumas são até quatro vezes mais longe do que outras, sendo que o acesso, ou seja, as estradas não são tão acessíveis impactando no valor dessas unidades.

Segundo os relatos dos produtores, são produzidos em torno de 50 variedades de alimentos nas unidades de produção. Em praticamente todas as unidades, a tônica é a diversificação, destacando-se a produção de hortaliças, grãos, legumes, leite, frutas, ovos e cortes de pequenos animais. Algumas unidades produzem também queijo e mel. Os produtores não produzem os alimentos especificamente para comercialização ou consumo. A produção é realizada considerando a demanda do consumo das famílias, da comunidade, a sazonalidade e o potencial da terra.

Os dados relacionados à renda das famílias estão evidenciados na tabela 6 e apresentam os valores em moeda nacional das rendas agrícolas, não agrícolas e a soma das rendas. Conforme Wagner et al (2010), a Renda Agrícola (RA) é aquela obtida por meio da produção na unidade e que serve para remunerar o trabalho da família e viabilizar investimentos.

Tabela 6 Renda agrícola das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019

Tipo	Valores (R\$)		Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Renda Agrícola	300	1500	1	5.6
	1500	3000	10	55.5
	3000	4500	5	27.8
	4500	6000	2	11.1
	Total:		18	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Os resultados apresentados (Tabela 6) evidenciam que a Renda Agrícola obtida na comercialização dos produtos cultivados pelas famílias é predominantemente (55,55%) entre R\$ 1.500,00 e R\$ 3.000,00. Na tabela 7, a seguir, é apresentada a Renda não Agrícola (RÑA), corresponde as rendas obtidas alheias à produção, como aposentadorias, Bolsa Família e outras atividades desenvolvidas fora da unidade.

Tabela 7 Renda não agrícola das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019

Tipo	Valores (R\$)		Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Renda não Agrícola	0	900	7	38,89
	900	1800	8	44,44
	1800	2700	2	11,11
	2700	3500	1	5,56
	Total:		18	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Quanto à renda não agrícola, os produtores mencionaram algumas atividades como, magistério, motoristas e também apoio para serviços braçais, desenvolvidas em outras unidades de produção e também rendas advindas de aposentadorias e bolsas famílias. Observou-se que a maioria das famílias, 83,33%, tem renda extra à produção, de até R\$ 1.800,00, demonstrando que a sua principal fonte de renda advém do seu trabalho na unidade. Apenas 16,67%, ou seja, três famílias e destacam por possuírem receitas maiores, fora da produção. Na tabela 8 estão apresentados os valores consolidados entre a renda agrícola e não agrícola das unidades de produção.

Tabela 8 Renda não agrícola das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019

Tipo	Valores (R\$)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Renda Total	600 – 2000	5	27,78
	2000 – 4000	5	27,78
	4000 – 6000	6	33,33
	6000 – 9000	2	11,11
	Total:	18	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Analisando-se a renda total das unidades de produção, a maioria (55,56%) das famílias, mantém-se com renda de até R\$ 4.000,00. Destaca-se ainda uma parcela de seis famílias que alcançam uma renda entre R\$ 4.000,00 e R\$ 6.000,00. O valor máximo de renda, não excede R\$9.000,00. Apenas duas famílias alcançam renda entre R\$ 6.000,00 e R\$ 9.000,00.

5.2 PERFIL DE PRODUÇÃO COM BASE AGROECOLÓGICA

Os dados a seguir apresentam o perfil da produção das unidades associadas à Rede Ecovida, no município de Laranjeiras do Sul. Para este levantamento, foram extraídos os dados referentes à Certificação Agroecológica, motivação para a transição, comercialização e continuidade no modelo agroecológico.

Tabela 9 Certificação das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019

Certificação*	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Certificação parcial	14	77,78
Certificação total	4	22,22
Tempo		
Certificado menos de 2 anos	1	5,56
Certificado acima de 2 anos	17	94,44

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

*Todos os produtores são certificados pela Rede Ecovida de Certificação Agroecológica.

Em relação à Certificação Agroecológica, a tabela 7 demonstra a situação atual das unidades. Os resultados demonstram que 77,78% dos produtores possuem certificação parcial. Com relação ao tempo de certificação, verifica-se que a maioria (94,44%) das unidades, estão

certificadas há mais de 2 anos.

Certificação parcial significa que nem todos os produtos cultivados na unidade são agroecológicos. A certificação é realizada por segmentos de produção, podendo haver certificação somente na horticultura, por exemplo. No processo de pesquisa, identificou-se que todos os produtores possuem certificação agroecológica nos segmentos de hortaliças, frutas e legumes. Os agricultores ainda produzem outros alimentos, como grãos e leite, sendo que nesse segmento apenas alguns produtores obtiveram certificação.

Todos os produtores produzem a carne por meio da criação de pequenos animais, no entanto, essa produção é predominantemente para o autoconsumo, com algumas exceções, em que os produtores comercializam no varejo com pessoas do convívio que procuram este tipo de alimento, como frango caipira, por exemplo. Também há uma interação entre os produtores vizinhos, que realizam trocas de produtos entre si.

No geral, os produtores associados à Rede Ecovida demonstram homogeneidade na produção e na forma de comercialização, diferenciando-se apenas na quantidade produzida. Hortaliças, grãos, legumes, frutas, ovos, carnes, queijos, mel, entre outros, são característicos entre eles, no entanto, muitos destes produtos são cultivados ou produzidos apenas para o autoconsumo.

Os desafios encontrados para certificação da unidade estão associados na visão dos produtores, às dificuldades conjunturais. Os produtores são unânimes em relatar que gostam de trabalhar com a Agroecologia, entendem que é uma opção viável para o pequeno produtor, no entanto, encontram muitas dificuldades em certificar toda a unidade por envolver outras variáveis que não estão sob controle do produtor. Um exemplo é a distância que precisam manter entre os produtores que utilizam agrotóxicos não permitidos para a agricultura orgânica, pois quando não há o entendimento dos produtores próximos para construção de uma barreira, inviabiliza a certificação da unidade, já que esta não consegue manter os requisitos necessários para certificação.

Em relação às motivações que impulsionaram a transição para o modelo agroecológico, a maioria (66%), relatou que a opção pela Agroecologia tem como principal motivação o interesse pela melhor qualidade de vida e a sustentabilidade da terra. Estes produtores entendem que a vida “pode até ser simples”, mas que eles têm a oportunidade de produzir seus próprios alimentos e oferecer para sua família uma alimentação saudável. Os produtores enfatizam a questão da sustentabilidade e a qualidade orgânica da terra, que neste

modelo de produção, se torna mais produtiva por não existir a degradação do solo pelo uso de agrotóxicos.

Alguns produtores (16%) relataram que optaram por este modelo de produção porque tiveram experiências anteriores de intoxicação na família, com situações graves de doenças causadas pelo uso do veneno e que tomaram a decisão de migrar para o modelo agroecológico, independente da questão econômica.

Outra pequena parte dos produtores (17%) citou a questão econômica como motivador, considerando que a Agroecologia se torna economicamente vantajosa, frente ao modelo convencional, principalmente pelo baixo custo de produção, tendo em vista que não necessitam adquirir insumos, pois conseguem produzir seus próprios meios de produção. Embora poucos tenham colocado a questão econômica como motivador, todos entendem que, pela pequena quantidade de terra que possuem, a opção pela a Agroecologia é economicamente mais viável.

No modelo de produção agroecológica, os produtores ficam limitados a sua condição de mão de obra familiar e também à sua capacidade de investimento, considerando que o retorno econômico da produção é lento e diretamente dependente apenas da sua força de trabalho. Apenas 28% dos produtores disseram que possuem algum tipo de financiamento, mesmo assim, estes financiamentos são para compra de bens de consumo e para produção convencional.

A respeito da obtenção de crédito, os agricultores são convictos quando relatam que tendem a esquivar-se de qualquer tipo de relação com o mercado financeiro, demonstrando muito receio desta relação, preferindo obter renda menor a se comprometer com parcelas bancárias.

Com relação ao crédito para a produção agroecológica, dois terços dos entrevistados disseram que tem conhecimento de uma linha de crédito. No entanto, não acessam, além da questão já citada, porque não visualizam nenhuma vantagem em relação às demais linhas, tendo em vista que, segundo eles, as exigências são maiores e os benefícios são os mesmos do crédito comum.

A produção de alimentos tem a prioridade de atender a família do produtor e apenas o excedente vai para o comércio. Os respondentes destacaram que as formas de comercialização utilizadas são principalmente as feiras, o PNAE (Programa Nacional e Alimentação Escolar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e vendas no varejo para particulares.

Com relação à continuidade no modelo agroecológico, todos os produtores consultados apresentam muita convicção com o modelo em que estão inseridos e que, apesar das dificuldades e falta de incentivo do Estado, demonstram muita vontade de continuar trabalhando com a Agroecologia e estender a certificação para toda a área. Segundo os produtores, há grande procura pelos alimentos produzidos por este segmento e os produtos são muito bem aceitos no mercado.

Os agricultores enfatizaram as dificuldades que tiveram para efetuar a transição do modelo convencional para o agroecológico, citando principalmente duas questões que mais afetam a decisão de mudança. O principal gargalo consiste na falta de um período de carência necessária para que o produtor possa adaptar a sua força de trabalho e a questão do tempo de adaptação do solo.

A grande maioria (80%) dos produtores relataram que precisariam de pelo menos dois anos de carência para realizar uma transição sem impactos para a família, considerando que este seria um tempo adequado para a mudança. Segundo eles, neste período eles passam “apuros financeiros”, até que a terra esteja apta ao novo modelo. O relato dos produtores é ratificado por Altieri, (2004, p. 77), quando diz que, “o processo de conversão pode levar de um a cinco anos, dependendo do nível de artificialização e/ou degradação do sistema original”.

O modelo de produção agroecológico, de acordo com os produtores, exige maior quantidade de mão de obra do que o modelo convencional, tendo em vista que a produção passa a ser mais manual sem o uso de agrotóxicos. Uma parcela (17%) dos entrevistados citou a mão de obra como a maior dificuldade para adaptação ao modelo.

5.3 GESTÃO NAS UNIDADES

Os dados a seguir demonstram como é realizada a gestão das unidades associadas à Rede Ecovida no município de Laranjeiras do Sul. Para este levantamento foram extraídos os dados sobre o perfil dos gestores das unidades, processo de registro físico das atividades econômicas e orientação sobre gestão da unidade. A variável perfil do gestor, contemplou três informações: A quem compete à gestão da unidade, Idade e Formação escolar.

No que compete à realização da gestão da unidade, foi relatado pelos respondentes que todos os integrantes da família participam das decisões. Com exceção de uma unidade, a qual

possui apenas um morador, todas as demais citaram que a gestão é feita pelos membros da família.

Para evidenciar a formação dos gestores a tabela 8 apresenta os resultados.

Tabela 10 Escolaridade dos gestores das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019

Grau de escolaridade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Ensino Fundamental fase I incompleto	3	8,57
Ensino Fundamental fase I completo	11	31,43
Ensino Fundamental fase II incompleto	3	8,57
Ensino Fundamental fase II completo	9	25,71
Ensino Médio incompleto	2	5,71
Ensino Médio completo	3	8,57
Ensino Superior incompleto	3	8,57
Ensino Superior completo	1	2,86
Total:	35	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

A maioria (74,28%) dos produtores/gestores possui Ensino Fundamental completo ou incompleto, nas suas diversas fases. Uma amostra dos gestores (14,28%) possui Ensino Médio completo ou incompleto. Por fim, quatro (11,43%) gestores acessaram o Ensino Superior.

Outra característica referente ao perfil dos gestores trata-se da idade. Os resultados são apresentados a seguir, na tabela 9.

Tabela 11 Idade dos gestores das Unidades de Produção com Base Agroecológicas da Rede Ecovida de Agroecologia de Laranjeiras do Sul – PR. 2019

Idade (anos)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
19 31	2	5,71
31 43	12	34,29
43 55	9	25,71
55 67	12	34,29
Total:	35	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Os resultados (tabela 9) permitem observar o predomínio (94,29%) dos produtores possuem acima dos 31 anos. Constata-se que 60% dos gestores estão acima dos 43 anos de idade, com um predomínio, entre essa faixa (34,29%) dos gestores acima dos 55 anos.

Os produtores não possuem nenhum tipo de registro físico das atividades financeiras e

econômicas e nem controle de custos ou despesas. Não há separação das contas da família e nem das contas do que produzem. Pelo modo como as famílias vivem, no qual todos trabalham e todos consomem da própria produção, existe grande dificuldade em separar as contas.

Segundo seus relatos, as atividades de produção se confundem com as atividades da família, tornando a separação quase impossível do ponto de vista do registro. Nenhum produtor pesquisado demonstrou possuir registro e todas as informações repassadas, são apenas da memória dos agricultores.

O agricultores não possuem nenhum registro sobre a quantidade produzida, consumida e comercializada. As decisões sobre o que plantar, quando e qual quantidade ou se determinada cultura é viável, são tomadas apenas com base na própria experiência.

Os produtores possuem muita dificuldade para desenvolver rotinas de registros. São pessoas com baixa escolaridade, como demonstrado na tabela 8, e tudo o que sabem sobre administração é o básico para tomar as decisões sobre os cultivos. Este aprendizado foi herdado dos pais ou adquirido pela própria experiência.

Muitos deles relatam que realizaram tentativas de iniciar uma rotina de registrar todas as atividades, mas que logo desistiram porque não conseguiram manter a disciplina, embora todos os produtores ratifiquem a importância de se possuir anotações. Alguns agricultores apresentaram um caderno, no qual fazem anotações sobre algumas culturas que produzem, anotam a data do cultivo e algumas atividades que precisam ser desenvolvidas no decorrer do tempo de cultivo, no entanto, nenhuma destas, relacionadas as atividades de gestão.

5.4 PERSPECTIVAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Os dados a seguir demonstram a perspectiva dos produtores com relação à continuidade da unidade de produção associadas à Rede Ecovida no município de Laranjeiras do Sul. Para este levantamento, foram extraídos os dados sobre a variável sucessão familiar.

Todos os agricultores relataram que entendem a importância da continuidade da unidade de produção agroecológica. Para eles, a luta que enfrentaram pela terra justifica o interesse de que a família permaneça ligada a ela. Todos os agricultores enfatizaram que a importância da continuidade não está somente pelo valor do patrimônio, mas pela valorização

da atividade e pela consciência do valor da produção orgânica para o futuro da sociedade.

Os entrevistados foram unânimes em mencionar que estão trabalhando na perspectiva de que um integrante da família continue com as atividades. No entanto, alguns respondentes apontam como um grande desafio a manutenção dos filhos, tendo em vista que, os filhos não têm interesse em permanecer na unidade de produção. A maioria dos pesquisados, representados por 14 produtores, apontam que a maior dificuldade na sucessão é a falta de interesse dos filhos em permanecer com a atividade rural, haja visto que a cidade atrai os jovens pela “ilusão de melhor qualidade de vida”.

É consenso entre os entrevistados o interesse em continuar com a unidade de produção no futuro, e em todas as unidades, segundo os produtores, há alguém da família com possibilidades de continuidade. O referido desinteresse relatado pelos produtores está relacionado principalmente ao trabalho pesado da agricultura agroecológica, a modernidade e os atrativos oferecidos pelas cidades e ainda, a renda relativamente baixa, ocasionada pela baixa produção, que não permite acesso a alguns bens de consumo modernos.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção acontece as discussões dos resultados obtidos na pesquisa e demonstrados no capítulo quatro.

6.1 PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO COM BASE AGROECOLÓGICAS, SITUADAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

As unidades de produção, objeto desta pesquisa, estão inseridas num contexto diferenciado da maioria das unidades de produção convencionais, as quais foram adquiridas com recursos próprios ou recebidas por herança familiar.

As unidades pesquisadas são todas oriundas da Reforma Agrária, algumas já assentadas pelo INCRA e outras ainda em processo de assentamento. Este fator é relevante no estudo, considerando que embora todos tenham sido agricultores desde sempre, ficaram por um período sem terra para cultivar e encontraram no Movimento Sem Terra (MST) uma oportunidade de lutar por um espaço de terra cultivável, que os possibilitasse retomar as atividades rurais aprendida com os pais.

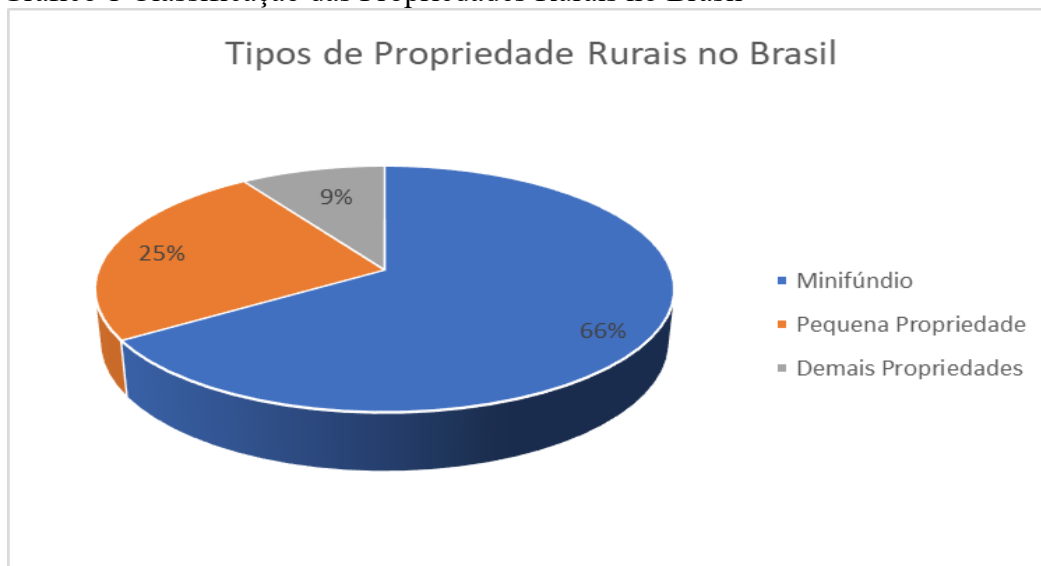
Na amostra não foram identificados os motivos pelos quais os produtores, sendo filhos de agricultores, ficaram sem a terra, no entanto, alguns agricultores comentaram que seus pais eram funcionários de outras unidades de produção e outros que seus pais perderam a terra por questões econômicas, ou seja, contraíram dívidas e ficaram sem a condição de continuidade.

No Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR realizado pelo INCRA em 2014, conforme lei 8.629/1993, classificou as áreas rurais do Brasil em Minifúndio, Pequena Propriedade, Média Propriedade e Grande Propriedade.

1. **Minifúndio** – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal;
2. **Pequena Propriedade** - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
3. **Média Propriedade** - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;
4. **Grande Propriedade** - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais.

O INCRA cadastrou em 2014, 5.775.864 propriedades no país, sendo que 66% delas estão enquadradas com o Minifúndio, 25% como pequena propriedade e 9%, as demais classificações, conforme evidenciado no gráfico 1.

Gráfico 1 Classificação das Propriedades Rurais no Brasil



Fonte: INCRA, (2014)

Observa-se (gráfico 1) que as dezoito unidades pesquisadas estão enquadradas na classificação do INCRA como Minifúndios, ou seja, as unidades que possuem até um módulo fiscal e estão entre a maioria das unidades rurais do país.

Um estudo realizado por Zanin et al., (2013) com uma amostra de 210 unidades de produção em três municípios de Santa Catarina, embora não tenha utilizado o termo “minifúndio”, constatou que 60% das unidades possuem até 20 hectares e são consideradas unidades de pequeno porte e estão enquadradas dentro dos limites considerados pela legislação como agricultura familiar. Os municípios de Coronel Freitas e Cordilheira Alta tem o módulo fiscal de 20 hectares e o município de Quilombo é de 18 hectares.

Também o estudo da Spanevello (2008), realizado em dois municípios do estado do Rio Grande do Sul, constatou que entre as 43 unidades pesquisadas, 48% são consideradas de pequeno porte, com até 20 hectares de terra.

Como é possível observar nos dados extraídos, todos são pequenos produtores e estão na base menor das unidades consideradas pequenas. Um dos critérios legais no Brasil para serem enquadrados como agricultores familiares são o tamanho da unidade, não podendo

ultrapassar quatro módulos fiscais. Segundo a EMBRAPA (2019), o módulo fiscal é uma medida estabelecida pelo INCRA, diferente em cada município do país, que considera o tipo de exploração e renda predominante e outras explorações não predominantes, que sejam expressivas em função da renda. No município de Laranjeiras do Sul, o módulo fiscal oficial é de dezoito hectares.

Conforme é possível observar na apresentação dos dados os resultados alinham com o que foi divulgado pelo censo agropecuário realizado pelo IBGE em 2017, o qual constatou que 50% dos estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil possuem até 50 hectares. Dessa forma é possível arguir que a amostra pesquisada está enquadrada no estrato que contempla os estabelecimentos da agricultura familiar brasileira. O município de Laranjeiras do Sul possui 1.431 unidades rurais, das quais 633 (44%) possuem Declaração de Aptidão ao PRONAF, (DAP), as quais se enquadram como Unidade da Agricultura Familiar (IPARDES, 2018).

Todos os produtores entrevistados exercem a atividade desde criança, quando aprenderam a desenvolver o ramo agrícola com sua família. Embora todos os pesquisados sempre tenham sido agricultores, a maioria deles está assentada na área atual entre 12 e dezesseis anos. Os resultados permitiram perceber que em relação a variável tempo, quando verificada em relação à permanência da unidade e exercício da atividade, que a amostra pesquisada, é composta por produtores que possuem raízes rurais no seio familiar.

A maioria das unidades pesquisadas possui apenas uma família alocada. O universo das dezoito unidades pesquisadas é formado por uma população de setenta e nove pessoas. No estudo em que analisou o processo social da sucessão entre os agricultores familiares localizados nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, Spanevello (2008), também constatou que sua amostra era composta também por apenas uma família por unidade de produção.

Na amostra pesquisada, foi constatado o número de setenta e nove moradores distribuídos nas dezoito unidades, com idades que variam entre três e sessenta e sete anos.

Nas unidades pesquisadas a faixa etária predominante ficou abaixo dos quarenta e oito anos, podendo ser considerada uma população jovem quando comparada aos resultados encontrados por Spanevello (2008), onde a predominância da faixa etária era entre 60 e 70 anos. Se considerarmos o perfil dos produtores brasileiros de acordo com censo do IBGE em 2017, em torno de trinta por cento dos produtores tem idade até quarenta e cinco anos.

Estudos do IBGE apontam que a população do campo está envelhecendo. No entanto, isso precisa ser contextualizado no sentido de que as famílias do campo também perderam a característica do seu tamanho. Segundo Spanevello (2008), as famílias rurais, assim como na cidade, passaram a ter menos filhos, passando de 7,7 para 3,8 no período de 1970 a 1995. Este envelhecimento pode ser entendido desta forma também, embora a não permanência dos jovens no campo pode ser o principal fator do envelhecimento da população do campo.

A respeito da escolaridade da amostra pesquisada, ficou evidenciado que todos os produtores possuem algum nível de escolaridade. Considerando as crianças e os jovens que estão em fase escolar, 74,68% possui ensino fundamental, completo ou incompleto, nas suas diversas fases. A amostra pesquisada por Zanin et al., (2013), demonstrou que 86% possuem nível básico completo ou incompleto, fortalecendo os achados em relação a variável escolarização. A pesquisa realizada pelo Data/Sebrae (2019), ratifica que “os produtores rurais ainda têm baixos níveis de escolaridade. Observa-se que aproximadamente 70% deles têm, no máximo, o ensino fundamental incompleto, 13% tem o ensino fundamental completo”.

Observou-se no relato dos produtores que a mão de obra é um fator dificultador nas unidades de produção agroecológica, ou seja, um gargalo que limita o incremento da produção. Um produtor relatou que “enquanto leva um mês para limpar uma parte das plantas espontâneas, o produtor convencional faz isso num dia”, utilizando agrotóxicos. Conforme relata Santos (2016), a falta de mão de obra é uma das grandes dificuldades dos pequenos produtores agroecológicos.

Nenhuma unidade de produção pesquisada apontou a existência de mão de obra externa, sendo que todas as atividades desenvolvidas nas unidades são realizadas pela própria família. Em muitos casos, apenas o casal trabalha na produção. Todos os moradores da unidade desenvolvem alguma atividade produtiva, inclusive as crianças que contribuem nos afazeres domésticos. Considerando que as atividades produtivas se misturam com as atividades domésticas, considera-se que a mão de obra engloba todos os componentes da família. Alguns produtores desenvolvem atividades fora da unidade, como forma de complementar a renda, no entanto, mesmo nesses casos as atividades são desenvolvidas concomitantemente.

Mesmo que os produtores não tenham a opção de vender a terra, por ser uma concessão do INCRA, algumas unidades são avaliadas pelo produtores com valores que cercam um milhão de reais e, portanto, valores consideráveis diante da renda obtida em

relação ao capital.

Os produtores pesquisados possuem um entendimento muito claro do valor do patrimônio que compõe sua estrutura produtiva e que esse patrimônio está associado ao valor econômico da terra. Embora eles tenham citado valores relevantes da sua unidade, nenhum agricultor cogitou comercializar a terra, comentando que para eles, o valor da terra está relacionado com a luta da família para conquistá-la e que a oportunidade de produzir de forma saudável seu próprio alimento não tem preço. Da mesma forma, Zanin et al., (2013) constatou, na sua amostra, que apenas 1% dos produtores cogitaram vender a sua unidade produção, enquanto todos os demais tinham pretensões de investimentos futuros.

A produção de alimentos tem a prioridade de atender a família do produtor e apenas o excedente vai para o comércio. Os produtores planejam a produção de excedentes, considerando as demandas dos programas estatais de alimentação, os quais antecipadamente sabem a quantidade demandada para cada unidade de produção.

A produção realizada nas unidades pesquisadas, segue um certo padrão de variedade, considerando que todos eles comercializam com programas PNAE e PAA e a feira municipal, que requerem produtos para a merenda escolar sendo principalmente frutas, legumes e cereais. A maioria dos produtores também produzem outros alimentos não certificados como: carne, leite, queijo, cereais, entre outros, que comercializam no varejo com particulares.

É importante destacar a diferença no tipo produção de uma unidade agroecológica de uma unidade de produção convencional. Na amostra pesquisada por Zanin et al., (2013) ficou evidenciada as principais atividades desenvolvidas pelos produtores dos municípios pesquisados, sendo a produção leiteira, o cultivo do milho, criação de frango, o cultivo da soja, a criação de suínos e de gado. A amostra utilizada por Zanin et al (2013) não utilizou como critério de escolha a condição de produção orgânica ou agroecológica.

Pelas características das unidades pesquisadas, a renda agrícola está presente em todas elas. Ainda ficou evidenciado que a maioria delas também possui renda não agrícola, as quais estão relacionadas às atividades como magistério, motoristas e também apoio para serviços braçais, desenvolvidas em outras unidades de produção, assim como receitas de aposentadorias, bolsas famílias e pensões.

Não foi possível estabelecer relação entre a idade e escolaridade com a renda tendo em vista a similaridade dessas variáveis entre as unidades pesquisadas, no entanto, o fator distância entre a unidade de produção e a cidade apresentou diferenças significativas na renda,

embora não seja possível atribuir, essa discrepância na renda, exclusivamente à variável distancia, tendo em vista que, tanto a renda agrícola como a não agrícola apresentam grande variância.

As unidades integrantes do grupo Recanto da Natureza, o grupo mais distante da cidade de Laranjeiras do Sul, constatou-se que a renda advinda da produção é, em média, 30% menor do que as unidades integrantes dos demais grupos, localizados mais próximos à cidade. O que chama a atenção é que nas rendas não agrícolas, a discrepância é ainda maior, em torno de 75% menor em relação ao grupo Serra da Esperança e em torno de 85% menor do que o grupo Oito de Junho.

A distância de algumas unidades da cidade, evidenciada principalmente nas unidades do grupo Recanto da Natureza, demonstra que essa variável causa impactos na renda obtida, embora não seja possível colocar esse fator como único determinante, principalmente quando analisamos as rendas não agrícolas onde constatamos que a diferença é ainda maior. Nesse caso, seria necessário um estudo mais específico para entender porque que essas unidades se apresentam com renda abaixo das demais.

Na amostra de Santos (2016), ficou evidente que as rendas externas desempenham um papel auxiliar importante estando presente, na sua pesquisa, em todas as unidades de produção, contribuindo de forma relevante com o autofinanciamento. Dos entrevistados parte das famílias tem as atividades agroecológicas como secundária no processo de geração de renda, utilizando outras atividades convencionais ou rendas externas para se viabilizarem social e economicamente.

Segundo dados do IBGE, em 2017 o rendimento domiciliar per capita médio do brasileiro foi de R\$ 1.268,00. Considerando que, em média, as unidades pesquisadas possuem quatro integrantes por unidade e, que a renda agrícola predominante nas unidades é de até R\$ 3.000,00, a amostra pesquisada fica bem abaixo da renda per capita média dos brasileiros. A principal explicação para as diferenças de rendas, entre unidades agrícolas no Brasil, está relacionada com a regionalidade. (KAGEYAMA, 2001)

É importante destacar que embora a renda agrícola seja predominante nas unidades, as rendas não agrícolas exercem um papel relevante no autofinanciamento da unidade de produção e sustentabilidade econômica das famílias.

6.2 PERFIL DA PRODUÇÃO COM BASE AGROECOLÓGICA

Da amostra pesquisada apenas 22,22% das unidades possuem certificação total, o restante das unidades de produção tem a certificação parcial, ou seja, apenas alguns produtos são certificados. Segundo os produtores a certificação total tem várias implicações, além de depender da condição das demais unidades de produção próximas, ainda tem a questão da sustentabilidade econômica, tendo em vista que, os produtos agroecológicos, embora sejam bem aceitos no mercado, ainda não dão o retorno econômico necessário para a manutenção da família. De acordo com Santos (2016), essa parcialidade na certificação agroecológica está relacionada a “a falta de condições de estruturação produtiva e limites de organização interna da propriedade, como endividamento e falta de mão de obra”.

A Rede Ecovida é a certificadora das unidades agroecológicas pesquisadas. As unidades de produção agroecológicas são certificadas com método de certificação participativa. Conforme Arl (2007), “é uma certificação solidária de todos os que tem interesse em manter a qualidade do produto e do processo de produção”.

A Agroecologia trouxe novas perspectivas para estes pequenos produtores que estavam com dificuldades de se manter no campo, competindo no mercado com o modelo convencional. Para Christoffoli et al., (2014), a percepção dos aspectos negativos ligados à saúde e os impactos ambientais causados pelo tipo de agricultura baseado em insumos extremamente prejudiciais ao meio ambiente, como agrotóxicos e transgênicos podem ser fatores motivadores deste processo de transição.

Os produtores entrevistados relataram que quando iniciaram as atividades, iniciaram com a produção convencional. Somente começaram a migrar para o modelo agroecológico bem mais tarde, cerca de dez anos após a posse da terra. A migração para o sistema agroecológico aconteceu por um processo de conscientização dos próprios produtores, entendendo que não teriam condições de competir com os produtores convencionais com tão pouca terra.

Um dos fatores de motivação citado pelos produtores foi o econômico, embora neste caso, a minoria dos entrevistados, em torno de dezessete por cento, tenha colocado como um fator de motivação para transição, do modelo convencional para agroecológico. Todos entendem que, para o pequeno produtor, o modelo agroecológico, que tem o cultivo consorciado como primazia, é o mais viável que o convencional, considerando a quantidade de terras disponíveis para a produção.

Alguns produtores relataram que tiveram graves problemas de intoxicação na família, por ocasião do uso de agrotóxicos, e por isso, optaram pelo modelo agroecológico. A contaminação dos agricultores pelo uso de agrotóxicos não é novidade, aliás, cada vez mais é comum este fato, considerando que o Brasil é um dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos agrícolas desde 2009, conforme dados da Fiocruz (2016).

Santos (2016), pesquisou quinze unidades agroecológicas do Núcleo Luta Camponesa, situado no território Cantuquiriguaçu, e constatou que a principal motivação para a transição de modelo está associada a fatores ideológicos. O item que mais cita na sua pesquisa como motivação, foi “convencimento ideológico” citado por seis dos quinze entrevistados. Ainda apontou que as questões ligadas à saúde e os impactos ambientais negativos ao ambiente também, foram entendidos, como elementos desencadeadores da transição.

A falta de fomento do Estado para com os produtores agroecológicos foi um dos aspectos observados na pesquisa. Um obstáculo para que esta questão pudesse ser amenizada, é o entendimento dos produtores em relação às instituições financeiras, que fica explícito na expressão repetida por todos, “trabalhar para os bancos”, demonstrando o grande receio de obter recursos para financiamento da produção. Sem este aporte de investimento dificilmente o produtor consegue aumentar a produção e sua capacidade de comercialização, indo na contramão do que diz Alteri (2004, p. 111), “que a facilidade no acesso do agricultor à terra, água, recursos naturais, bem como, a linhas de crédito, mercados e tecnologias apropriadas, é crucial para assegurar o desenvolvimento sustentável”

Os investimentos na Agroecologia necessitam de características diferenciadas. Conforme relato dos produtores, os empréstimos oferecidos pelas entidades financeiras não contemplam a carência necessária para que seja possível obter o retorno financeiro adequado para cumprir com os compromissos assumidos. Ainda, segundo eles, mesmo o “PRONAF Agroecologia”, um programa para fomentar a produção agroecológica, não consegue atender esta demanda. Relatam que os juros e as condições deste programa são iguais ao modelo convencional mas que, no entanto, as exigências burocráticas são maiores, o que inviabiliza sua obtenção.

Na amostra pesquisada por Silva (2010), no município de Espera Feliz MG, as dificuldades de acesso aos financiamentos bancários para a Agroecologia estão mais ligados ao despreparo dos bancos para analisar e aprovar projetos não convencionais, em especial os projetos agroecológicos.

Todos os produtores pesquisadas tem o entendimento de que o Estado deveria criar políticas públicas de incentivo à Agricultura Familiar, principalmente junto aos agricultores que se propõem a trabalhar com o modelo agroecológico. Embora todos os produtores participem dos programas PNAE⁸ e PAA⁹, comercializando a produção nas escolas, e entendem que estes contuibuem muito para a renda da família, ratificam que o poder público poderia ser mais ativo, fomentando os agricultores da produção orgânica.

A importância destes programas para a agricultura familiar fica evidente nos números apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2012), por meio da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), demonstrando que, em média, somente a venda realizada para o PNAE representava R\$ 1,6 mil por mês de renda média.

Os respondentes afirmaram que os produtos comercializados por eles são de excelente qualidade e muito bem aceitos no mercado. No entanto, a dificuldade se dá por conta da falta de organização adequada para o comércio da produção. Para alguns produtores a distância da cidade é uma barreira, principalmente com relação ao transporte, tanto para transportar os produtos até feira municipal, como para atender os programas PNAE e PAA. Outro fator é a competição com os produtos vendidos nos supermercados que oferecem facilidades, como local mais atrativo para os clientes, horários de atendimentos diferenciados, produtos mais chamativos, seja pela embalagens ou apelos comerciais, entre outros fatores que tornam a competitividade de certa forma, desigual.

A amostra apresentada por Santos (2016), colocou o mercado e comercialização como uma das maiores dificuldades para os produtores agroecológicos, juntamente com os problemas de manejo operacional na produção.

Dal Soglio (2016), ratifica que a forma como é comercializada a produção no mercado prejudica os pequenos produtores que são pressionados pelos grandes supermercados. Segundo o autor, as grandes redes de supermercados, na tentativa de garantir descontos para seus clientes, forçam o preço do produto para baixo e devolvem os produtos não satisfatórios aos produtores sem nenhuma compensação. Além disso, ainda tem o prazo de pagamento que

8

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da Educação Básica pública.

9

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

as redes impõem aos produtores, que podem chegar até a quarenta dias. Por mais que esta prática esteja de acordo com as regras do mercado, o pequeno produtor não tem capital suficiente para suportar trinta ou quarenta dias sem receber, tendo que arcar sozinho com as perdas, o que denota um cenário de concorrência desigual.

Os produtores foram unânimes em afirmar o desejo de continuar as atividades na sua unidade de produção e, principalmente, o orgulho de ter uma unidade de produção agroecológica. Esse sentimento de orgulho em fazer parte da Rede Ecovida e a satisfação de vender produtos orgânicos vai ao encontro dos relatos dos produtores na pesquisa realizada por Santos (2016), quando ela acrescenta em seu estudo o “convencimento ideológico” como um dos principais motivadores, demonstrando uma formação de consciência a respeito da necessidade de uma mudança de pensamento em relação aos métodos de produção agrícolas convencionais e seus efeitos maléficos para as pessoas e meio ambiente.

6.3 GESTÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

O perfil de gestão dos produtores pesquisados é bem homogêneo se considerar que são todos filhos de agricultores e seus conhecimentos sobre gestão, com alguma excessão, são os conhecimentos aprendidos com os pais ou com a experiência de vida. Uma das peculiaridades das unidades de produção pesquisadas é o fato da gestão acontecer de forma familiar. Nenhum produtor ou produtora se colocou como tomador de decisão, sempre ratificando que a gestão é colegiada entre os membros da família.

Dessa forma, os resultados obtidos sobre o perfil dos gestores levaram em consideração que a gestão, mesmo sendo realizada pela família, as decisões finais e mais relevantes são tomadas pelo casal, pai ou mãe e filhos mais velhos, ou seja, sempre por pelo menos duas pessoas, como exceção da unidade que possui apenas um morador.

Na amostra pesquisada constatou-se que a maioria dos agricultores se encontra na faixa etária entre os 40 e 50 anos e com Ensino Médio completo ou incompleto. Apenas, uma pequena parcela (11,43%), dos produtores/gestores tiveram acesso ao Ensino Superior. Na amostra de Zanin et al (2013) 75% dos produtores/gestores não concluíram o ensino básico e 87% possuem faixa etária acima dos 41 anos de idade.

A pesquisa evidenciou que nenhuma unidade de produção pesquisada possui algum tipo de controle gerencial. Nenhum registro físico relacionado ao controle financeiro, de

custos, despesas ou movimentação da produção foi encontrado nas unidades. Todos os produtores relataram saber da importância do controle e das tentativas de iniciar alguma anotação, no entanto, não conseguiram estabelecer uma disciplina capaz de manter os registros. Alguns produtores tiveram acesso a um caderno de campo fornecido por um pesquisador que esteve visitando as unidades, no entanto, nenhum produtor utilizou o material.

O preço estabelecido pelos produtos comercializados pelos produtores são estabelecidos com base no mercado ou no valor que é repassado nos programas PNAE e PAA, o qual é estabelecido pelo poder público. Como os produtores não possuem planilha de custos e nenhum controle que permite apurar os resultados das atividades produzidas, não conseguem saber o custo de produção e nem o retorno financeiro obtido na produção do item comercializado.

Na amostra pesquisada, observou-se que as atividades de produção e as atividades domésticas são realizadas de forma concomitante e por todos os moradores, dificultando ainda mais a adoção de um controle gerencial. Outro fator dificultador é mensurar o valor da mão de obra dos integrantes da família que desenvolvem as atividades laborais. Embora eles não tenham preocupação com os ganhos individuais, seria uma maneira de facilitar a construção de um controle de custos.

A pesquisa de Zanin et al., (2013), apontam que apenas 10% dos produtores adotam o controle de caixa e 9% adotam controle que apura o resultado da produção. No geral, aquela pesquisa constatou que 54% das unidades não adotam controles significativos que auxiliem o gestor na tomada de decisão. Ainda naquele estudo, 45% dos produtores indicaram a importância de receber orientação sobre gestão financeira destacando que esse seria o treinamento mais importante a ser realizado. Uma parte (30%) dos entrevistados não demonstraram interesses em implantar controles, alegando que os controles que possuem já são suficientes para atender suas demandas.

Na presente pesquisa, todos ratificam a importância de ter um controle das atividades econômicas e colocam o caderno de campo como uma boa possibilidade de registro, tendo em vista a praticidade que oferece. Alguns produtores relataram que a Rede Ecovida está adotando o caderno de campo como registro obrigatório para os produtores associados. Esse material é um caderno, espécie de livro caixa onde os produtores podem anotar as receitas, despesas, a comercialização e demais informações capazes de subsidiar a gestão da unidade.

6.4 PERSPECTIVA DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Por fim, algumas considerações podem ser apresentadas em relação à reprodução social. Segundo os produtores, os jovens do campo tem muita dificuldade em continuar as atividades dos pais, principalmente por precisarem se estabelecer economicamente. Em muitos casos não conseguem obter uma renda que atenda aos anseios da vida que almejam, o que os forçam a saída do campo em busca de outras atividades. Observa-se que este é um fator importante para os filhos que chegam numa idade que necessitam se colocar no mercado de trabalho e não conseguem se adequar à realidade do campo. Conforme expõe Spanevello (2008, p. 92), “a permanência dos jovens no campo também está associada a sua autonomia, principalmente financeira. A possibilidade de ter um recurso próprio para os seus gastos é fundamental”.

A grande maioria dos agricultores citou a falta de interesse dos filhos em continuar no campo, colocando a questão econômica e o modo de vida como principais motivadores da saída dos jovens do campo. Spanevello (2008), confirma a percepção dos produtores quando cita que estas questões são geradas pelas mudanças estruturais no campo, pelas questões produtivas, econômicas e sociais e, pelo encurtamento da distância entre o meio urbano e o rural, modificando a relação entre as famílias e o modo de produção.

A saída dos jovens do campo acontece por diversos fatores, mas principalmente, segundo os produtores, porque os filhos não se adaptam com o modo de vida simples do campo, preferindo a vida agitada da cidade. Conforme comentado pelos agricultores, os jovens querem uma vida mais ativa, a qual eles encontram na cidade. Spanevello (2008, p. 90), cita em sua pesquisa que os jovens “querem mais divertimento, querem estar no movimento da cidade”.

Um agricultor relatou que não tem televisão em casa, porque na sua concepção, quanto mais “desconectada” a filha estiver da tecnologia e interação com o meio urbano, mais chance tem de permanecer e gostar do campo. Spanevello (2008), também cita o relato de um produtor no seu estudo de que “duas meninas, uma de dez e outra de doze anos já pensam em morar na cidade e querem ser artistas de novela quando crescerem”. Evidentemente, questões comportamentais associadas à idade e os desafios culturais de tempo e espaço, estarão presentes no processo de continuidade das propriedades, no campo de reprodução social.

Siqueira e Zúñiga (2016) asseveram que,

Ao se estudar o meio rural, questões que sempre surgem são o envelhecimento das populações rurais e a evasão dos jovens que residem no campo. Essa migração está, em parte, associada, por um lado, à busca por melhores oportunidades e, por outro, à concepção, culturalmente difundida na sociedade, de que o campo representa um lugar de atraso. Ao invés de tentar fixar os jovens no campo, faz-se necessário criar condições para que aqueles que desejam continuar vivendo no meio rural tenham uma vida digna e de qualidade.

As escolas rurais onde os filhos dos agricultores estão matriculados, assumem um papel importante neste cenário, principalmente pelo convívio com os colegas do mesmo perfil, o que diminui a interferência do fator urbano na cabeça dos jovens. Esta situação serve para aqueles jovens que não prosseguem com os estudos para além do Ensino Médio, pois segundo relatos dos próprios produtores, quando o filho vai para o Ensino Superior, poucos retornam para o convívio no campo. A fala de um produtor, no estudo da Spanevello (2008, p. 92), revela o pensamento do produtor em relação ao estudo. No referido relato o produtor expressa que “o filho do agricultor tem que estudar até certo ponto. Se estudar dali para diante, perde o interesse em trabalhar na agricultura”. Considerando o fator escola, o perfil do campo está mudando.

A reprodução social destas unidades também dependem de ações estatais, por meio de desenvolvimento de ações de incentivo aos pequenos produtores, para que os jovens, filhos de pequenos agricultores, sintam-se incentivados a aderir a atividade rural com naturalidade, que a atividade do campo não seja vista pelos jovens como um ramo social desvalorizado e sem futuro. É importante que eles tenham tecnologia, lazer e condições financeiras adequadas para que seja atrativo continuar produzindo, proporcionando a permanência deles com os pais na unidade de produção.

O jovens quando saem do campo para trabalhar na cidade, normalmente acabam trabalhando em lugares em que não exigem muita qualificação, o que torna muitas vezes o retorno financeiro não satisfatório, inferior mesmo aos rendimentos obtidos na unidade. Spanevello (2008), constatou isso no seu estudo, afirmando que os produtores acreditam que dadas as condições atuais, em termos de estudos e qualificação profissional, é melhor que eles permaneçam na agricultura. Um produtor citou no seu estudo que, “quem não estuda é melhor ficar na agricultura”.

Todos os agricultores pesquisados consideram importante a continuidade da unidade de produção com a família. Os respondentes entendem que este espaço que ocupam tem significado para além do valor econômico, pela luta desprendida na obtenção da terra. Além disso, também esses produtores possuem uma consciência bem definida sobre a importância da preservação do meio ambiente, da saúde da sua família e das pessoas que consomem sua produção.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar o perfil de gestão das unidades, com base agroecológica, situadas no município de Laranjeiras do Sul. Para isso, foram pesquisados os dados relacionados ao perfil socioeconômico, perfil de produção, processos de gestão das unidades agroecológicas e as perspectivas dos produtores com relação a continuidade destas unidades.

Para o levantamento dos dados, foram realizadas visitas nas dezoito unidades de produção agroecológicas do município de Laranjeiras do Sul, associadas à Rede Ecovida de Certificação no núcleo “Luta Camponesa”, onde fazem parte três grupos de produtores: Grupo Oito de Junho, Serra da Esperança e Recanto da Natureza.

Quanto ao perfil socioeconômico, constatou-se que as unidades de produção possuem certa homogeneidade nas suas configurações pelo fato de ser parte de um processo de assentamento da Reforma Agrária. Os produtores pesquisados possuem praticamente o mesmo tempo de posse da terra e também o tamanho das unidades são muito semelhantes, sendo em torno de doze hectares. As famílias, predominantemente, possuem entre quatro e seis integrantes distribuídos em uma ou duas famílias.

É possível observar que os moradores destas unidades possuem idades bem variadas, com uma parcela interessante de jovens estudantes e um predomínio dos moradores entre as idades de doze a quarenta e oito anos. Quanto à escolaridade, excluindo uma parcela considerável de crianças e jovens que estão em fase de estudos, existe um predomínio dos produtores que possuem escolaridade com Ensino Fundamental. Importante destacar que sete produtores cursaram o Ensino Superior, fruto segundo eles, da existência da Universidade Federal da Fronteira Sul, localizada no município de Laranjeiras do Sul.

As unidades pesquisadas possuem renda agrícola mensal, que varia entre trezentos e seis mil reais e renda não agrícola podendo chegar a três mil e quinhentos reais. Algumas unidades não possuem renda não agrícola, tendo toda sua receita dependente da produção. No geral, as famílias possuem renda total relativamente discrepante entre elas, sendo que varia entre seiscentos e nove mil reais, demonstrando que existe uma grande diferença entre produtores com mesmo perfil de produção.

Quanto ao perfil de produção, embora os produtores estejam assentados na unidade há

aproximadamente doze anos, apenas quatro delas possuem Certificação Agroecológica Total, sendo que a grande maioria usufrui de Certificação Agroecológica Parcial, predominantemente na horticultura. Apesar das dificuldades financeiras encontradas, os produtores apresentam bastante satisfação com o modelo, principalmente citando a consciência com o meio ambiente e com a saúde da família e dos consumidores.

A variedade na produção apresenta certa uniformidade, sendo principalmente horticultura, frutas, legumes e cereais. Da mesma forma, a comercialização é realizada em feiras, em escolas por meio dos programas PNAE e PAA e realizada algumas vendas particulares na própria unidade.

As unidades apresentam bastante dificuldade nos registros das atividades desenvolvidas no dia a dia da produção. Nenhuma unidade possui registro físico das atividades financeiras desenvolvidas, embora todos entendam a importância disto. A maioria dos gestores relatam dificuldades para conciliar a produção e o comércio com os registros necessários. Eles entendem que seria fundamental efetivar um Caderno de Campo para registrar os fatos, embora muitos já tenham realizado tentativas, porém, não conseguiram estabelecer uma rotina capaz de organizar esta dinâmica.

O que ficou latente durante as visitas, observando as respostas aos questionamentos e no entendimento da rotina das famílias produtoras, é a enorme dificuldade de implantação de algum método gerencial e contábil, considerando principalmente o modo de vida das famílias dentro da unidade. Os agricultores desenvolvem as atividades administrativas baseadas no conhecimento empírico. Também não há separação entre as atividades familiares e as atividades de produção.

Na questão da reprodução social, ficou evidenciada a disposição dos pais em manter os filhos na unidade. No entanto, esta disposição esbarra em situações que são impostas pela realidade atual, da amostra avaliada, principalmente na pequena unidade. A unidade tem como barreira principal, a questão econômica, pois os jovens que trabalham na atividade agrícola não recebem salário pelas atividades desenvolvidas, o que gera neles um desconforto considerando as demandas pessoais de um jovem, principalmente quanto ao seu futuro profissional. Assim, eles preferem ir para a cidade para planejar a sua vida individualmente, mesmo que a renda seja relativamente baixa.

Considerando todos os fatores abordados neste trabalho, é possível observar que os produtores têm consciência dos seus valores e da sua importância no cenário econômico e

social do país. Os pesquisados possuem entendimento das suas limitações econômicas e administrativas, mas apreciam o modo de vida que levam, e isso os motiva a continuar no modelo agroecológico de produção.

A análise demonstra a satisfação dos produtores com o seu modo de vida, no entanto, é importante contextualizar e relativizar o seu momento de vida prospectando a continuidade da sua unidade de produção por meio da sucessão familiar com os seus filhos. Os pais vêm de uma realidade de luta pela terra, onde ficaram vários anos acampados com condições precárias de infraestrutura, e nesse contexto, hoje possuem boa qualidade de vida considerando que possuem uma casa, água, luz elétrica, alimentos de qualidade, entre outras condições de vida melhores do que tinham anteriormente.

Considerando o momento atual da sociedade, onde os atrativos tecnológicos que proporcionam, principalmente aos jovens, lazer e conforto, e, considerando que as unidades possuem renda baixa e nenhum controle de gestão capaz de prospectar um futuro econômico melhor, será que esses jovens vão querer continuar na unidade de produção? Será que esse modelo é adequado do ponto de vista econômico, para o desenvolvimento sustentável de agricultura?

É necessário um olhar mais focado dos governos e do meio acadêmico para que este segmento possa ser atendido em relação à produção, equipando os agricultores com recursos financeiros e tecnológicos e, da parte acadêmica, dar apoio com pesquisas e programas de extensão. Uma sugestão seria pensar um modelo de gerenciamento capaz de atender a demanda específica deste segmento. Embora seja bastante desafiador, pode ser um apoio importante para os produtores na gestão das unidades.

Estudos futuros podem avançar na investigação de práticas de gestão adotadas pelas propriedades ou unidades rurais com perfil sócio econômico característico da amostra pesquisada, ampliando evidentemente a amostra. No campo da reprodução social, investigar características e motivações para permanência na propriedade, pode trazer mais subsídios para discussão do tema.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton; BALDISSERA, Ivan. Tadeu; CORTINA, Nelson; TESTA, Vilson. Marques; FERRARI, Dilvan. **Juventude e agricultura familiar**. Brasília: Edições da UNESCO, 1998.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola. 01. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

ALTIERI, Miguel Angel. **Agroecologia: a dinâmica productiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora de Universidade. UFRGS, 2004.

_____, ROSSET, Peter. **Agroecologia, Ciência y Política**. Sociedade Latino Americana de Agroecologia (SOCLA). Bolívia 2018.

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento. Um conceito ultrapassado ou em renovação?** Da teoria à prática e da prática à teoria; Cadernos de Estudos Africanos [Online], 4 | 2003. Disponível em: <http://cea.revues.org/1573>. 2003.

ARL, Valdemar. Caderno de Formação 01. Florianópolis: **Rede Ecovida de Agroecologia**, 2011.

ASSIS, Renato Linhares de. **AGROECOLOGIA: Visão Histórica e Perspectivas no Brasil**. In: Aquino, Adriana Maria de; Assis, Renato Linhares de (Org.). **AGROECOLOGIA: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. 1ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

ÁVILA, Marcio Lúcio de; ÁVILA, Silvia Starling Assad de; FERREIRA, Cleone José. **Administração rural: elementos de estudo na fazenda Córrego da Liberdade no município de Ipiranga de Goiás**. RECADM: Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, 2002.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar: Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EduFSCar, 2005.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). **Plano Safra da Agricultura Familiar: 2012/2013**. Cartilha, 2012.

_____, Lei 7.802/1989. **Lei dos Agrotóxicos**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 10.06.2018.

_____, Lei 8.629/1993. **Regulamento sobre a Reforma Agrária**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm. Acesso em 20.05.2018.

_____, Lei 9.394/1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 01.05.2018.

_____, Lei 11.326/2006. **Lei da Agricultura Familiar**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normapl.html>. Acesso em 01.05.2018.

_____, IBGE. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/laranjeiras-do-sul/panorama>>. Acesso em 10.06.2018.

_____, IPARDES. Disponível em < <http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em 11.06.2018.

_____, Portal TCU. Disponível em: portal.tcu.gov.br, acesso em 29/03/19.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade** / Francisco Roberto Caporal (org.) José Antônio Costabeber. Gervásio: Paulus – Brasília, 2009.

CAPORAL, Francisco Caporal; AZEVEDO, Edisio de Oliveira de. **Princípios e perspectivas da Agroecologia** (ORG), 2004.

CEZIMBRA, Elemar do Nascimento. **Desenvolvimento Socioambiental do Assentamento Oito de Junho**. UTFPR, Pato Branco – PR, 2013.

CHRISTOFFOLI, P. I.; SANTOS, C. S. **Desafios da Agroecologia no território Cantuquiriguaçu**. Apontamentos sobre uma metodologia de transição agroecológica no meio rural paranaense. In: Seminário Estadual de Estudos Territoriais, 2014, Ponta Grossa. ANAIS DO VII SEET, 2014. v. 1.

CONDETEC, **Associação dos Municípios Cantuquiriguaçu**. Disponível em <http://www.cantuquiriguacu.com.br/condetec.php>. Acesso em 18.06.2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2012.

CUNHA, Luiz Alexandre; SAVOLDI, Andréia. **Uma abordagem sobre a Agricultura Familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná na década de 1970**. Revista Geografar: Curitiba, v.5, n.1, jan./jun. 2010.

DAL SÓGLIO, Fábio Kessler. **A Agricultura Moderna e o Mito da Produtividade**. In: SOGLIO, Fábio Dal; KUBO, Rumi Regina (ORG.); **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. P.11 a 38.

DIETER, Siedenberg Rugard. **Desenvolvimento: ambigüidades de um conceito difuso**. Desenvolvimento em Questão. URNRGS. Ijuí, 2004.

ECOVIDA, **Rede de Agroecologia**. Disponível em <http://ecovida.org.br/>. Acesso em 02.05.2018.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em 23/04/2019.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. 1. ed. São Paulo: Fapesp/Iglu, 2006.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. **Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica: em que sentido alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? Desenvolvimento e Meio ambiente** (UFPR), 2011.

GOLDENBERG, Mírian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, Marcio d. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e Organizações de Agricultura Familiar no Município de Espera Feliz – MG. UFV – Viçosa – MG – 2010.

GRANDO, Gustavo Henrique Ceccon. DAROLT, Moacir Roberto; ALMEIDA, Fabíola R R. **Circuito sul de circulação e Comercialização de Alimentos Ecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia** - Instituto Agrônomo do Paraná, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Curitiba 2016.

HOFFMANN, Rodolfo. **Administração da Empresa Agrícola**. São Paulo: Pioneira, 1987.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu**: 1.a fase: caracterização global / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba - 2007.

KAGEYAMA, Angela. **As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 2001.**

LARANJEIRAS DOS SUL, (PR). **Prefeitura Municipal**. Disponível em <http://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/numeros.php>. Acesso em: junho, 2018.

LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. **Revolução Verde**: Impactos sobre os Conhecimentos Tradicionais. 4 Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. UFSM – Santa Maria/RS, 2017.

LIMA, Arlindo Jesus Preste de; BASSO, Nilvo. NEUMANN, Pedro Selvino; SANTOS, Alvorl Cristo dos; MULLER, Artur Gustavo **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. 2.ed. Ijuí-RS: UNIJUÍ, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política (Livro I: O Processo de produção do capital/ Tomo 2). São Paulo: Nova Cultura Ltda., 1996.

MATTE, Alessandra; SPANEVELLO, Rosani Marisa; AZEVEDO, Fatima de Azevedo. **A reprodução social na agricultura familiar**: A saída dos filhos e o encaminhamento do patrimônio entre agricultores sem sucessores. In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Campo Grande – MS

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. [Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: NEAD, 2010.

MDA. **Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em 16/06/19.

MELÃO, Ivo barreto. Caderno IparDES. v.2 n.2 – julho/dezembro, 2012 - Curitiba-PR

MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto. **Políticas públicas e desenvolvimento rural**

no Brasil. Ed. da UFRGS, 2009.

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmento do. RAMOS, Dina Andrade Lima; VIANNA, Márcio de Albuquerque. ; VILLELA, Lamounier Erthal. ; FRANCISCO, Daniel Neto . **A Migração do Campo para os Centros Urbanos no Brasil: Da Desterritorialização no meio rural ao caos nas grandes cidades.** 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

NAVARRO, Zander. **A agricultura familiar no Brasil: Entre a Política e as Transformações da Vida Econômica:** Brasília, DF: IPEA, 2010.

NOGUEIRA, María Elena; URCOLA, Marcos Andrés. **La jerarquización de la agricultura familiar en las políticas de desarrollo rural en Argentina y Brasil (1990-2011).** Revista IDEAS, 2013.

OLIVEIRA, Marcos Antonio de. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns Projetos de Educação do Campo: do pretendido Marxismo à aproximação ao Ecletismo Pós-Moderno,** Curitiba, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Desenvolvimento.** In: Políticas Culturais em Revista (2008). Disponível em: www.politicasculturaisemrevista.ufba.br. Acesso em 14/03/2019.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: introdução crítica.** 17. ed. rev. e ampl. 17. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

PEREZ-CASSARINO, Julian **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia** – Curitiba, 2012.

PEREZ-CASSARINO, Julian; TRICHES, Rosane M. (Org.); BACCARIN, J. G. (Org.); TEO, C. R. P. A. (Org.). **Abastecimento Alimentar: Redes Alternativas e Mercados Institucionais.** 1. ed. Chapeco-SC/Praia-Cabo Verde: Editora da UFFS/Edições UniCV, 2018.

PORTELA, Graça; TOURINHO, Raiza. **A força dos Agrotóxicos legais e Ilegais no Brasil.** Portal FIOCRUZ. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/content/for%C3%A7a-dos-agrot%C3%B3xicos-legais-e-ilegais-no-brasil>. Acesso em 15/01/2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico,** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSSÉS, Gustavo Fontinelli. **Introdução à administração.** Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria: Rede e-Tec Brasil, 2014.

SANTOS, Cristina Sturmer dos. **Análise do Processo de Transição Agroecológica das Famílias Agricultoras do Núcleo da Rede Ecovida de Agroecologia Luta Camponesa.** UFFS – Laranjeiras do Sul, 2016.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto. **Formação e consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e sua experiência de certificação participativa.** Comércio ético e solidário no Brasil. Faces do Brasil. São Paulo: Fundação Friederich Ebert/Ildes, (2003).

SARANDÓN, Santiago Javier. FLORES, Claudia Cecilia. **Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables**; 1a ed. - La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014.

SEBRAE <https://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/#qual>. Acesso em 07/06/19.

SILVA, Júlio César Lázaro da. "**Agricultura e os recursos naturais**"; *Brasil Escola*. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/agricultura-os-recursos-naturais.htm>>. Acesso em 09 de agosto de 2018.

SIQUEIRA, Luciana Valentim; ZÚÑIGA, Santiago Millan. **Educação do campo: Um caminho para a Sustentabilidade**. In. SOGLIO, Fábio Dal; KUBO, Rumi Regina (ORG.); **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. P.144 a 157.

SPANVELLO, Rosane Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar** - Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WAGNER, Saionara Araújo; GIASSON, Elvio (Org.); MIGUEL, Lovois Andrade (Org.); MACHADO, João Armando Dessimon (Org.). **Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WANDERLEY, Maria De Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Revista de Economia e Sociologia Rural. 2014.

XAVIER, Leonardo Pereira: **Depoimento** em jun. 2018. Entrevistador: SILVA, Sandro Neckel da. Laranjeiras do Sul, 2018.

ZANIN, Antônio; OENNING, Vilmar; KRUGER, Silvana Dalmutt; GUBIANI, Clésia Ana Gubiani. **Gestão das Propriedades Rurais do Oeste de Santa Catarina: As Fragilidades da Estrutura Organizacional e a Necessidade do Uso de Controles Contábeis**. Revista Catarinense da Ciência Contábil, 2013.

ANEXO 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Questões	Bloco 1 - Caracterizar o perfil socioeconômico das unidades de produção
01	Qual é a área total da Unidade?
02	Qual o tamanho da área de produção?
03	Há quanto tempo a família está na unidade?
04	Há quanto tempo são agricultores?
05	Quantas famílias estão alocadas na unidade?
06	Quantas pessoas moram na unidade?
07	Qual a idade dos integrantes da família?
08	Qual o nível de escolaridade dos integrantes da família?
09	Quantos integrantes da família trabalham na unidade?
10	Quantos integrantes da família trabalham fora da unidade?
11	Qual o valor estimado do patrimônio?
12	Quais atividades produtivas são desenvolvidas nesta unidade?
13	Quais produtos são comercializados?
14	Quais as formas de comercialização utilizadas?
15	Qual o valor da renda mensal total?
16	Qual o valor da renda agrícola?
17	Considera esta renda suficiente para manutenção da unidade?
18	Qual renda considera ideal para suprir todas as necessidades básicas da família?
19	Considera possível atingir esta renda apenas com a produção agrícola?
Questões	Bloco 2 – Diagnosticar o perfil da produção
20	Esta unidade possui certificação agroecológica? Há quanto tempo?
21	Qual órgão certificou a unidade e qual método foi utilizado?
22	O que o motivou a transição do sistema convencional para a Agroecologia?
23	Tem conhecimento de alguma linha de crédito para as unidades agroecológicas?
24	Já utilizou ou está utilizando algum financiamento relacionado à produção?
25	Quais as principais dificuldades na adaptação ao sistema agroecológico?

26	Economicamente, observa vantagens ou desvantagens no sistema agroecológico?
27	Recebe algum incentivo do Estado para a produção agroecológica?
28	Qual a maior dificuldade para comercializar os produtos agroecológicos?
29	Pretende continuar no modelo agroecológico? Por quê?
Questões	Bloco 3 – Gestão da unidade de produção
30	Quem faz a gestão da unidade?
31	Qual a idade do gestor?
32	Qual o nível de escolaridade do gestor da unidade?
33	Possui registro físico das movimentações econômicas da unidade?
34	Possui controle que permite apurar os resultados das atividades desenvolvidas?
35	Possui controle de produtividade das atividades desenvolvidas?
36	Separa contas da unidade com aquelas da família?
37	Tem interesse em implantar controles na unidade?
38	Na sua opinião, qual seria um controle adequado para a sua unidade?
39	Recebeu ou recebe orientação de algum órgão de apoio para a gestão da unidade?
Questões	Bloco 4 – Reprodução social na unidade de produção
40	Está preparando uma sucessão familiar?
41	Considera importante a continuidade da unidade? Por quê?
42	Havendo sucessão, qual a intenção para o futuro da unidade?
43	Qual a maior dificuldade para continuidade da unidade?